

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

LAÍS DOS SANTOS ÁVILA

A EVIDENCIAÇÃO DO CAPITAL INTELECTUAL NAS MAIORES EMPRESAS
LISTADAS NA B3

Porto Alegre

2022

LAÍS DOS SANTOS ÁVILA

**A EVIDENCIAÇÃO DO CAPITAL INTELECTUAL NAS MAIORES EMPRESAS
LISTADAS NA B3**

Trabalho de Conclusão apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, pelo Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Profa. Dra. Charline Barbosa Pires

Porto Alegre

2022

Dedico todo o empenho empregado no desenvolvimento deste trabalho aos meus amados pais, que além de acreditarem em mim e serem a minha fortaleza, são os maiores incentivadores da concretização dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me concedido essa grande oportunidade de aprendizagem, bem como por toda a proteção e fé para trilhar esse longo caminho.

Agradeço aos meus amados pais, de todo o meu coração, que mais do que me inspirarem com a sua determinação na vida, me transmitiram forças nos momentos mais difíceis e vibraram comigo a cada conquista nessa jornada.

Ter uma sólida rede de apoio contribui para que permaneçamos focados em nossos objetivos, em virtude disso, agradeço, profundamente, aos meus familiares e amigos, por acreditarem em mim e por todo o suporte recebido nessa fase.

Carl Gustav Jung afirma que: “Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas ao tocar uma alma humana, seja apenas outra alma humana”. Para agradecer a minha orientadora, cito esse autor, pois, além de toda a expertise compartilhada, a Profa. Dra. Charline Barbosa Pires usou de sua delicadeza e paciência para acompanhar uma pessoa que recém está iniciando a sua caminhada, portanto, muito obrigada pelo seu trabalho excepcional!

Por fim, agradeço aos meus colegas de curso por todo o auxílio, a todos os professores pelo conhecimento e aos demais profissionais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos pela sua competência na execução dos processos.

*Só se pode alcançar um grande êxito
quando nos mantemos fiéis a nós mesmos.*

(Friedrich Nietzsche)

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar as informações concernentes ao capital intelectual evidenciadas nos relatórios encerrados em 2018, 2019 e 2020 pelas cinco maiores empresas de capital aberto do Brasil. Para tanto, abordou as temáticas relacionadas à era do conhecimento e o seu impacto na Contabilidade, ativo intangível e capital intelectual. Trata-se de um estudo aplicado, quantitativo, descritivo e documental que analisou os relatórios das empresas Americanas S.A., Banco do Brasil S.A., JBS S.A., Vale S.A. e SABESP. Os principais resultados da pesquisa mostraram que a categoria que apresentou o maior número de dados foi a capital de clientes, seguido do capital estrutural e do capital humano, nos três anos estudados. O Banco do Brasil S.A. foi a empresa que evidenciou mais dados sobre o capital intelectual e finalizou com o maior lucro acumulado de todas as companhias da amostra. Por fim, uma análise geral mostrou que predominam informações do tipo declarativas (67,89%). Conclui-se que as empresas têm evidenciado mais informações do tipo declarativas referentes ao capital intelectual, enquanto que as quantitativas monetárias e expressas em números de natureza financeira e não-financeira são menos divulgadas. Ainda que o processo de *disclosure* de elementos sobre o capital intelectual possa ser complexo, devido ao seu caráter subjetivo, observou-se também que o aprofundamento no tema pode ter relação com o desempenho das organizações.

Palavras-chave: capital intelectual; evidenciação; contabilidade.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura dos ativos.....	24
Figura 2 - Metáfora do capital intelectual.....	26
Figura 3 - Criação de valor do capital intelectual.....	27
Figura 4 - Navegador de Stewart.....	32
Figura 5 - Navegador Skandia.....	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução do conhecimento contábil em função das mudanças na sociedade.....	19
Quadro 2 - Classificação dos ativos intangíveis.....	22
Quadro 3 - Definições de capital intelectual.....	25
Quadro 4 - Classificação do capital intelectual segundo Dzinkowski (1998).....	27
Quadro 5 - Classificação segundo Brooking (1996).....	28
Quadro 6 - Classificação segundo Edvinsson e Malone (1997).....	29
Quadro 7 - Classificação segundo Sveiby (1998).....	29
Quadro 8 - Monitor de ativos intangíveis (1998).....	33
Quadro 9 - Periódicos Nacionais de Contabilidade com Editorias de PPGs Associados ou Parceiros Institucionais da ANPCont.....	38
Quadro 10 - Resumo dos estudos anteriores sobre o tema.....	48
Quadro 11 - Amostra da pesquisa.....	55
Quadro 12 - Subcategorias de capital intelectual.....	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tipo de <i>disclosure</i> por categoria e subcategorias de capital humano.....	60
Tabela 2 - Tipo de <i>disclosure</i> por categoria e subcategorias de capital estrutural.....	64
Tabela 3 - Tipo de <i>disclosure</i> por categoria e subcategorias de capital de clientes (relacional).....	67
Tabela 4 - Frequência das categorias de capital intelectual nas companhias.....	70
Tabela 5 - Lucro/Prejuízo consolidado do período (Reais mil) X Evidenciação do capital intelectual.....	73

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA.....	10
1.2 OBJETIVOS	12
1.2.1 Objetivo geral	12
1.2.2 Objetivos específicos	12
1.3 DELIMITAÇÃO DO TEMA	12
1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	13
1.5 ESTRUTURA DO ESTUDO	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1 A ERA DO CONHECIMENTO E O SEU IMPACTO NA CONTABILIDADE	16
2.2 ATIVO INTANGÍVEL.....	20
2.3 CAPITAL INTELECTUAL.....	24
2.3.1 Definições e Elementos do Capital Intelectual	24
2.3.2 Mensuração do Capital Intelectual	30
2.3.3 Evidenciação do Capital Intelectual	36
2.4 ESTUDOS ANTERIORES	38
3 METODOLOGIA	53
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	53
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	55
3.3 COLETA, TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS.....	56
3.4 LIMITAÇÕES DO MÉTODO	58
4 ANÁLISE DOS DADOS	59
4.1 ANÁLISE DA EVIDENCIAÇÃO DAS CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS DO CAPITAL INTELECTUAL	59
4.1.1 Capital Humano	59
4.1.2 Capital Estrutural	62
4.1.3 Capital de Clientes (Relacional)	66
4.1.4 O Capital Intelectual e o Desempenho das Companhias Estudadas	69
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	78

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresenta-se a contextualização do tema e o problema de pesquisa, os objetivos geral e específicos, a delimitação e a justificativa do trabalho.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

De acordo com Stewart (1998, p. XIII), “a informação e o conhecimento são as armas termonucleares competitivas de nossa era”. O poder do conhecimento é tão grande que o faz mais valioso do que recursos naturais, grandes organizações ou até mesmo contas bancárias com saldos enormes (STEWART, 1998).

Edvinsson e Malone (1998) explicam que somente utilizando as tradicionais contas contábeis não é possível definir o valor real das corporações. Entretanto, analisando outro tipo intangível de ativo, o capital intelectual, sim. A respeito da relevância do capital intelectual, Chiavenato (2003) comenta:

Na era da informação, o recurso mais importante deixou de ser o capital financeiro para ser o capital intelectual, baseado no conhecimento. [...] o capital financeiro guarda sua importância relativa, mas ele depende totalmente do conhecimento sobre como aplicá-lo e rentabilizá-lo adequadamente. (CHIAVENATO, 2003, p. 593).

Segundo Lima e Antunes (2012), o uso pleno do conhecimento, elemento pertencente às pessoas que trabalham nas organizações, é constantemente apontado como uma ferramenta estratégica de sucesso. Os mesmos autores reforçam que “[...] o capital intelectual apresenta-se como um recurso diferencial e indispensável para a manutenção de vantagem competitiva considerando-se o contexto sócio econômico atual”. (LIMA; ANTUNES, 2012, p. 2).

A fim de que as organizações aproveitem ao máximo suas ideias, os líderes precisam entender que negligenciar o gerenciamento dos ativos intelectuais resulta em dinheiro desperdiçado e oportunidades não aproveitadas. (STEWART, 1998).

Lizote et al (2017, p. 4) afirmam que “o valor de uma organização vem sendo influenciado diretamente pelo conhecimento e sua aplicação, criando desta forma benefícios”. Nesse sentido, diversos estudos foram desenvolvidos na área contábil envolvendo o tema capital intelectual e a importância da sua medição. Como exemplos, pode-se mencionar as pesquisas de Neves et al (2017) e Antunes e Martins (2007).

Neves et al. (2017) discorreram a respeito do entendimento que os profissionais contábeis possuem a respeito do Capital Intelectual, no tocante “[...] ao seu conhecimento sobre o assunto, a sua importância e a aplicabilidade prática dada pelos escritórios de Contabilidade”. (NEVES et al., 2017, p. 249). O estudo contou com uma amostra de 15 escritórios contábeis do município de Guanambi - BA. Os principais resultados mostraram que os entrevistados compreendem a definição de Capital Intelectual, que investem nele e consideram importante não somente realizar a sua avaliação, como também reconhecer esses dados nos relatórios da Contabilidade de suas empresas.

Antunes e Martins (2007), por sua vez, analisaram a compreensão da definição de capital intelectual, na visão dos gestores, e o desempenho das empresas, “[...] de forma a verificar a adequação das medidas de desempenho atualmente existentes para captar os efeitos dos investimentos nos elementos que compõem o capital intelectual”. (ANTUNES; MARTINS, 2007, p. 5). A amostra da pesquisa foi constituída por 30 empresas das áreas da indústria, comércio e serviços. Os pesquisadores concluíram que os gestores entendem, de forma similar a literatura, a definição de capital intelectual, que eles investem nos elementos que identificam o capital intelectual e que o fato de compreenderem o tema, “[...] influenciou indiretamente o desempenho das empresas por meio das ações de investimentos realizados no elemento humano”. (ANTUNES; MARTINS, 2007, p. 5).

Assim, diante do impacto gerado pelo capital intelectual na gestão de negócios, o presente trabalho visa analisar e responder o seguinte questionamento: Quais informações sobre o capital intelectual estão evidenciadas nos relatórios das cinco maiores empresas de capital aberto do Brasil nos anos de 2018, 2019 e 2020?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Considerando o problema de pesquisa apresentado, o objetivo geral desse estudo é analisar as informações concernentes ao capital intelectual evidenciadas nos relatórios encerrados em 2018, 2019 e 2020 pelas cinco maiores empresas de capital aberto do Brasil.

1.2.2 Objetivos específicos

Para o alcance do objetivo geral, os seguintes objetivos específicos foram estabelecidos:

- a) descrever as categorias e subcategorias de classificação do capital intelectual;
- b) comparar os dados evidenciados referentes ao capital intelectual nos relatórios divulgados pelas empresas foco da pesquisa; e
- c) relacionar a evidenciação do capital intelectual com o desempenho das companhias selecionadas.

1.3 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Este trabalho delimitou-se em analisar como está sendo feita a evidenciação do capital intelectual e comparar os resultados obtidos pelas empresas selecionadas quanto ao seu desempenho econômico.

Com relação às metodologias para se mensurar o capital intelectual, esse estudo não tem por objetivo esgotar as discussões, mas sim apresentá-las de forma breve para que seja possível compreender seus aspectos principais.

Referente à pesquisa, ela limita-se à análise dos relatórios das empresas Banco do Brasil S.A., Vale S.A., JBS S.A., Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) e Americanas S.A., que negociam suas ações na bolsa de valores B3, comparando os exercícios encerrados nos anos de 2018, 2019 e 2020.

Assim, a pesquisa não abrange outros relatórios e demonstrações contábeis disponibilizados pelas companhias que não sejam os Relatórios de Sustentabilidade, Relatórios Anuais, Relato Integrado e Demonstrações de Resultado, bem como não considera dados de períodos diferentes aos supracitados.

1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Oliveira e Beuren (2003) explicam que o ambiente no qual estão inseridos os empreendimentos tem enfrentado transformações, que provocam alterações na forma de se fazer o gerenciamento dos negócios.

Para Edvinsson e Malone (1998), o modelo clássico de Contabilidade, que outrora retratou com eficiência as transações empresariais, não está conseguindo acompanhar a grande transformação ocorrida no mundo dos negócios e apontar quais delas possuem capacidade organizacional sustentável.

Com relação à importância do capital intelectual e a sua demonstração nos relatórios contábeis, ressaltam Oliveira e Beuren (2003):

O principal agente transformador dos bens e serviços não se refere a nenhum ativo comumente encontrado nas demonstrações contábeis, e sim a um ativo pouco estudado e discutido pela Contabilidade, mas que está se transformando num dos principais fatores de vantagem competitiva para as empresas. Este ativo é o capital intelectual. (OLIVEIRA; BEUREN, 2003, p. 2).

Nesse sentido, os estudos desenvolvidos por Lizote et al. (2015), Leite; Junior e Crisóstomo (2013) e Medrado et al. (2016) já destacam a relevância do tema e a sua relação com a contabilidade.

Lizote et al (2015), por exemplo, investigaram, nos escritórios de Contabilidade, as relações que existem entre o capital intelectual, nas suas dimensões capital humano, estrutural e relacional, com o desempenho organizacional. Neste estudo, os autores consideraram que o valor de uma organização é influenciado pelos ativos intangíveis e propuseram três hipóteses que postulavam relações positivas entre as dimensões do capital intelectual e o desempenho organizacional. As informações foram obtidas em uma amostra não aleatória com questionários, aplicado a gerentes, coordenadores e assistentes. Os resultados revelaram que, em relação ao tamanho dos escritórios, as empresas grandes apresentaram diferenças significativas nas suas médias ao serem

comparadas com as pequenas; Referente ao tipo de gestão, familiar ou profissional, foi possível constatar que as empresas familiares mostraram médias maiores para a percepção do desempenho em relação aos concorrentes mais próximos; e as hipóteses conjecturadas de relações positivas do capital humano, do capital estrutural e do capital relacional com o desempenho organizacional foram confirmadas.

Leite; Junior e Crisóstomo (2013), por sua vez, fizeram uma análise de desempenho, considerando como métrica o retorno por empregado (RE). “Uma pesquisa exploratória foi realizada através do estudo de caso de três empresas com ações negociadas na BM&FBOVESPA no período 2006-2009”. (LEITE; JUNIOR e CRISÓSTOMO, 2013, p. 75). Através dos relatórios financeiros das companhias, foram medidos os desempenhos pelas seguintes métricas: retorno sobre ativo, retorno sobre patrimônio líquido e retorno por empregado. Um trabalho complementar realizado pelos pesquisadores, evidenciou que, “[...] a correlação entre o RE e o preço das ações foi mais alta e significativa do que a correlação entre os indicadores tradicionais e o preço das ações exatamente para a empresa mais intensiva em capital intelectual”. (LEITE; JUNIOR; CRISÓSTOMO, 2013, p. 75).

Por fim, Medrado et al. (2016) avaliaram “[...] no âmbito do mercado de capitais brasileiro, a associação entre o nível de intangibilidade dos ativos e o valor de mercado das ações das empresas”. Os pesquisadores selecionaram dados trimestrais, do período de 2008 a 2014, considerando as companhias que faziam parte do índice IBrX 100 da BM&FBovespa. Com base nos resultados, os autores confirmaram a existência de uma “associação positiva e estatisticamente relevante entre o nível de intangibilidade dos ativos e o grau de valorização das ações, representado pela relação *market-to-book*”. (MEDRADO et al., 2016, p. 34).

Em se tratando do papel dos gestores e da Contabilidade para os negócios, Colauto e Beuren (2005) compreendem que:

[...] a função precípua dos gestores é criar valor para a empresa, a contabilidade busca meios para auxiliá-los nas decisões que visam o melhor interesse das organizações. Para tal, a contabilidade pode elaborar e oferecer modelos de sistemas de informações que avaliem e informem o desempenho da organização. A contabilidade, como um sistema de informações, tem como objetivo prover informações tempestivas e preditivas que subsidiem as decisões de uma entidade. (COLAUTO; BEUREN, 2005, p. 86).

Existem diversos relatórios que possibilitam a realização das análises contábeis, cada qual com o seu foco. Para a realização desse trabalho, as informações foram extraídas dos Relatórios de Sustentabilidade, Relatórios Anuais, Relato Integrado e Demonstrações de Resultado.

Nesse contexto, os autores citados não somente demonstram a importância do tema capital intelectual, como também revelam o poder informacional dos Relatórios Contábeis citados acima, justificando a relevância acadêmica e social deste trabalho, visto que o mesmo visa: (a) auxiliar no reconhecimento das informações inerentes ao capital intelectual; (b) explorar ferramentas que contribuam na análise dos dados obtidos; e (c) demonstrar como eles são divulgados e comparar o seu impacto no desempenho das empresas.

1.5 ESTRUTURA DO ESTUDO

Este estudo está estruturado em cinco capítulos. No primeiro capítulo encontra-se a introdução, que aborda a contextualização do tema e o problema de pesquisa, os objetivos geral e específicos, a sua delimitação e finaliza com a justificativa do trabalho.

No segundo capítulo tem-se o referencial teórico, no qual são abordados os tópicos relacionados com o tema deste trabalho, sendo eles: A Era do Conhecimento e o seu Impacto na Contabilidade, Ativo Intangível, Capital Intelectual e Estudos Anteriores sobre o tema.

No terceiro capítulo são descritos os procedimentos metodológicos da pesquisa, no qual se incluem a classificação da pesquisa, a população e amostra do estudo, os procedimentos de coleta, o tratamento e análise dos dados e as limitações do método.

No quarto capítulo demonstram-se dados que foram obtidos através da pesquisa nos relatórios e análises dessas informações.

No quinto capítulo apresentam-se as considerações finais e as recomendações para futuros estudos sobre o tema, seguido das referências utilizadas na construção do trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesse capítulo constam os temas que formaram a base para o desenvolvimento da pesquisa, sendo eles: A Era do Conhecimento e o seu Impacto na Contabilidade; Ativo Intangível; Capital Intelectual; e Estudos Anteriores sobre o tema.

2.1 A ERA DO CONHECIMENTO E O SEU IMPACTO NA CONTABILIDADE

Lara (2001, p. 21) afirma que “o conhecimento constitui o eixo estruturante do desempenho da sociedade, regiões e organizações”. A autora cita que no ambiente empresarial se inserem cada vez mais termos como: “[...] Sociedade do Conhecimento, Redes de Conhecimento, Economia baseada no conhecimento”. (LARA, 2001, p. 18).

Ela explica que tais denominações mostram que o gerenciamento eficiente do conhecimento determina a capacidade dos seres humanos e das organizações em lidarem com o ambiente que está sempre em constante transformação. Stewart (1998), com relação ao conhecimento, destaca que:

Nessa nova era a riqueza é produto do conhecimento. O conhecimento e a informação – não apenas o conhecimento científico, mas a notícia, a opinião, a diversão, a comunicação e o serviço – tornaram-se as matérias-primas básicas e os produtos mais importantes da economia. [...] o conhecimento tornou-se o principal ingrediente do que produzimos, fazemos, compramos e vendemos. (STEWART, 1998, p. 14).

Complementa Stewart (1998, p. 14), “o conhecimento tornou-se o principal ingrediente do que produzimos, fazemos, compramos e vendemos.” Como consequência, enfatiza o autor que o seu gerenciamento transformou-se na tarefa econômica prioritária dos funcionários, organizações e países. (STEWART, 1998). Antunes assinala (2008, p. 33) sobre o conhecimento:

É um recurso ilimitado, pois a pessoa aprimora seus conhecimentos à medida que os desenvolve diferentemente de alguns recursos naturais que se esgotam com o tempo, os quais eram básicos na base da Sociedade Industrial; Está contribuindo para minimizar o consumo dos outros recursos, à medida que é empregado para aperfeiçoar técnicas existentes. Está associado ao desenvolvimento de novas tecnologias; É propagável e utilizado para gerar progresso, quando empregado em seu sentido stricto e materializado sob a forma de produto, serviço ou tecnologia; Está distribuído pelo mundo, descentralizando a riqueza, pois esta estará em mãos

daqueles que souberem como criar, mobilizar e organizar o conhecimento, diferentemente da época industrial, quando a riqueza pertencia a quem detivesse, regionalmente, os recursos naturais e o capital. (ANTUNES, 2008, p. 33).

Segundo Colauto e Beuren (2005), para que as organizações adquiram e mantenham diferencial competitivo é fundamental que ocorra o fortalecimento do valor do conhecimento das pessoas e aprendizagem constante. Os autores entendem que se unidos o investimento nas pessoas e o uso pleno de sua inteligência, aumenta a eficiência e a eficácia, o que por sua vez, impacta no crescimento da competitividade.

Antunes e Martins (2002) enfatizam o seu valor na sociedade contemporânea, mencionando Toffler (1990):

O conhecimento passou de auxiliar do poder monetário e da força física à sua própria essência e é por isso que a batalha pelo controle do conhecimento e pelos meios de comunicação está se acirrando no mundo inteiro. [...] o conhecimento é o substituto definitivo de outros recursos. (TOFFLER, 1990 apud ANTUNES; MARTINS, 2002, p. 43).

A fim de se obter a compreensão correta do que significa recurso do conhecimento, apresenta-se a diferenciação dos tipos de conhecimento, conforme a visão de Nonaka e Takeuchi (1997), Antunes e Martins (2002) pontuam:

Conhecimento Explícito e Conhecimento Tácito. O primeiro consiste no conhecimento adquirido formalmente nas academias, nos livros, periódicos etc. e é empregado como sinônimo de informação; o segundo consiste no processo em que o indivíduo, por meio dos conhecimentos adquiridos formalmente, mais a visão que possui do mundo e que é impactada por seu sistema de crenças e valores e experiências adquiridas, trabalha e utiliza a informação criando valor, ou seja, transformando seu conhecimento explícito em tecnologia, novos produtos e serviços, sobressaindo-se de alguma forma. (ANTUNES; MARTINS, 2002, p. 44).

Gracioli (2005) comenta que embora haja inúmeras correntes de estudos relacionadas ao conhecimento dentro das organizações, existe a que foca na temática do capital intelectual. Vaz; Viegas e Maldonado (2017) mencionam Sveiby (1998) e Edvinsson e Malone (1998) explicando que:

O principal argumento desta corrente pode ser resumido através de uma observação de que existem ativos chamados genericamente de intangíveis, [...] que proporcionam o desenvolvimento e valorização da organização, e não aqueles necessariamente presentes no patrimônio físico da empresa. (SVEIBY, 1998; EDVINSSON; MALONE, 1998, apud VAZ; VIEGAS; MALDONADO, 2017, p. 5).

Esses elementos fazem com que as empresas repensem em novas maneiras de gerar valor, sendo que, além da terra, do trabalho físico e de indústrias, por exemplo, os ativos baseados no conhecimento ou ativos intangíveis também fazem parte da criação de riquezas. (STEWART, 1998). No que tange à aplicabilidade do conhecimento e o seu reflexo nas organizações, Antunes e Martins (2002) esclarecem:

A aplicação do conhecimento vem impactando, sobremaneira, o valor das organizações, pois a materialização da utilização desse recurso, mais as tecnologias disponíveis e empregadas para atuar num ambiente globalizado, produzem benefícios intangíveis que agregam valor às mesmas. Esse conjunto de benefícios intangíveis denominou-se Capital Intelectual. O aparecimento desse conceito conduz à necessidade de aplicação de novas estratégias, de uma nova filosofia de administração e de novas formas de avaliação do valor da empresa que contemplem o recurso do conhecimento. (ANTUNES; MARTINS, 2002, p. 42).

De acordo com Antunes e Martins (2002), o capital intelectual tornou-se um novo conceito de administração das empresas, dada a “[...] transição de uma sociedade industrial para uma sociedade do conhecimento”. (ANTUNES; MARTINS, 2002, p. 41). Stewart (1998) frisa que o capital intelectual transformou-se em algo vital. Ele é “[...] a principal matéria-prima e resultado da atividade econômica, a inteligência organizacional”. (STEWART, 1998, p. 52).

Para Backes (2005, p. 31), “a Contabilidade, como uma ciência social, sofre influências do meio em que se encontra inserida, ‘percebe’ as tendências e ‘sente’ a necessidade de se moldar de acordo com o contexto”. Posto isso, observa-se que a Contabilidade busca se adaptar ao meio em que se encontra. Considerando a interação do meio interno e externo para as empresas, Antunes (2008) define que o papel da Contabilidade é:

[...] as organizações são entendidas como organismos vivos, compostos por vários subsistemas que interagem entre si e com o meio externo numa relação recíproca de troca de materiais, de tecnologias, de informações e de conhecimentos, cabendo à Contabilidade o papel de elo de ligação entre os subsistemas internos das organizações e entre estas e o meio externo. Dessa forma, ela deve atender tanto às necessidades de informação de seus usuários internos quanto às de seus usuários externos, tais como governo, investidores, fornecedores, clientes, instituições financeiras, empregados, sindicatos e a sociedade, entre outros. A Contabilidade irá alcançar tal objetivo por meio do estudo, registro e controle do patrimônio e das mutações que nele ocorrem, para demonstrar o resultado obtido e a situação econômico-financeira da organização. (ANTUNES, 2008, p. 55).

Kaplan e Norton (1997, p. 7) elucidam que “O ideal é que o modelo da Contabilidade financeira se ampliasse de modo a incorporar a avaliação dos ativos intangíveis e intelectuais de uma empresa [...]”. Os autores acrescentam que devido à importância deles ser maior do que dos ativos físicos e tangíveis, na era da informação, avaliá-los, influencia na obtenção de sucesso por parte organizações.

Tendo como fundamento as quatro sociedades básicas caracterizadas por Crawford (1994), Antunes (2008) mostra a evolução da sociedade e o seu impacto na Contabilidade, conforme o Quadro 1:

Quadro 1 - Evolução do conhecimento contábil em função das mudanças na sociedade

Sociedade Primitiva
Cenário Mundial: economia baseada na agricultura e pecuária, individual ou restrita a pequenos grupos.
Reflexos na Contabilidade: nenhum, apenas a contagem física dos bens (inventário periódico).
Sociedade Agrícola
Cenário Mundial: economia baseada na agricultura; método de produção artesanal; início das relações comerciais com o advento das descobertas marítimas; formação de sociedades comerciais denominadas comandita.
Reflexos na Contabilidade: necessidade de controle mais apurado em virtude das expedições marítimas; investimentos contabilizados no início das expedições e resultado apurado após a venda das mercadorias para atender às necessidades dos sócios e do controle do Estado, para controle dos impostos.
Sociedade Industrial
Cenário Mundial: economia baseada no capital e no trabalho; mecanização do trabalho e produção em série; formação de grandes empresas na área industrial e na prestação de serviços; obrigatoriedade de pagamento de impostos para pessoas físicas e jurídicas; administração científica; as duas guerras mundiais.
Reflexos na Contabilidade: Sistemas de Informações gerenciais; divulgação de relatórios para atender os acionistas, gerentes e governo; auditoria externa; separação dos custos de produção; reconhecimento sistemático da depreciação; organização formal de institutos e órgãos contábeis; realização do orçamento governamental e formas de controle e divulgação; mensuração de custos, produtos e performance gerenciais. Primeiro trabalho sistemático abordando o goodwill.
Sociedade do Conhecimento
Cenário Mundial: economia globalizada; recurso do conhecimento; informatização da produção e do trabalho, difusão da tecnologia da informação e das telecomunicações.
Reflexos na Contabilidade: harmonização das normas internacionais de Contabilidade; sistema de informações contábeis para decisões estratégicas; novas formas de mensuração do valor da empresa.

Fonte: ANTUNES (2008, p. 59).

Referente aos impactos da sociedade do conhecimento na Contabilidade, Backes (2005, p. 33), por sua vez, afirma que:

Concentrando-se nos impactos ocasionados pelas características da sociedade do conhecimento na Contabilidade e, considerando nesse contexto, a globalização dos mercados, denota-se um movimento intensivo da comunidade e de órgãos normativos que centralizam esforços na tentativa de harmonização das normas contábeis, visando possibilitar maior similaridade dos efeitos sobre o patrimônio, decorrentes de transações realizadas pelas empresas, independente da nacionalidade das mesmas. (BACKES, 2005, p. 33).

Diante disso, pode-se perceber a evolução da Contabilidade dentro do contexto histórico e a forma com a qual essa Ciência impactou cada um dos períodos elencados acima. A seguir, é abordado o tema ativo intangível, elemento que cada vez mais ganha importância na sociedade e para a história da Contabilidade.

2.2 ATIVO INTANGÍVEL

Antunes e Martins (2002) consideram que a identificação dos ativos intangíveis, bem como a sua mensuração, por parte da Contabilidade, não é uma preocupação recente. Observam Oliveira e Beuren (2003) que existe uma resistência na Contabilidade tradicional em contabilizar recursos humanos, visto que as organizações não tem propriedade sobre eles e também devido à complexidade em lhe agregar valor.

Os autores comentam que mesmo que ainda não se tenha estabelecida uma forma unânime de tratar contabilmente essas informações, o interesse que esse assunto desperta confere “[...] urgência à medida que os ativos intangíveis, consubstanciados no capital intelectual, ganham espaço primordial nas organizações de classe mundial”. (OLIVEIRA; BEUREN, 2003, p. 83).

Em se tratando da relevância e gerenciamento dos ativos intangíveis, Antunes e Martins (2002) afirmam que:

[...] qualquer que seja o rótulo atribuído aos elementos intangíveis, que sempre fizeram parte das organizações, entende-se e aceita-se que hoje, cada vez mais, o conhecimento e o gerenciamento desses elementos são relevantes para a gestão das empresas, pois o momento atual é caracterizado pela ampla aplicação do recurso do conhecimento pelo homem, que se materializa em novas tecnologias, sistemas e serviços

(entendidos como ativos intangíveis) que agregam valor às organizações. (ANTUNES; MARTINS, 2002, p. 41).

Segundo Ritta e Ensslin (2010, p. 1), “A relevância dos ativos intangíveis tem crescido nas últimas décadas devido à materialidade desses recursos na composição do patrimônio das organizações”. Entretanto, ressaltam que o seu gerenciamento ainda é complexo de ser realizado, especialmente quanto à administração de vantagens competitivas.

Afirmam Medrado et al. (2016) que o retorno, ao se investir em ativos tangíveis, é nitidamente identificável, já que eles estão disponíveis e precificados. Enquanto que dos ativos intangíveis já não se pode dizer o mesmo, dadas as suas particularidades, nem sempre estão disponibilizados e o seu retorno, em alguns casos, pode ser de difícil mensuração. Em se tratando do valor que os ativos intangíveis representam para as empresas, Kayo et al. (2006) descrevem:

Os ativos intangíveis são importantes fatores de diferenciação e, dessa forma, contribuem sobremaneira para a obtenção de importantes vantagens competitivas. Isso se deve à característica fundamental de todo ativo intangível: sua singularidade. Isto é, os ativos tangíveis como máquinas, equipamentos, fábricas, etc., são adquiridos com relativa facilidade, desde que a empresa possua os recursos financeiros para tal. Os ativos intangíveis, por outro lado, são únicos e de propriedade de uma única organização. (KAYO et al., 2006, p. 76).

Para Stewart (1998, p. 51), “os ativos físicos de uma empresa baseada no conhecimento contribuem muito menos para o valor de seu produto (ou serviço) final do que os ativos intangíveis”. Dessa maneira, enfatiza-se a necessidade de uma habilidosa gestão dos ativos intangíveis, haja vista a sua função fundamental na obtenção de benefícios e contribuição para o aperfeiçoamento do desempenho organizacional.

Kayo (2002, p. 14) define os ativos intangíveis “como um conjunto estruturado de conhecimentos, práticas e atitudes da empresa que, interagindo com seus ativos tangíveis [...], contribui para a formação do valor das empresas”.

Quanto à avaliação dos ativos intangíveis, Ferreira (2004) cita Antunes (2000) que elucida:

[...] na prática, os ativos intangíveis só vem sendo avaliados precisamente no momento em que a empresa é vendida. Entretanto, os gestores necessitam ter conhecimento (identificação e mensuração) desses ativos que a empresa possui, para administrar sua continuidade e, assim, divulgar

informações mais próximas da realidade para os interessados. (ANTUNES, 2000, apud FERREIRA, 2004, p. 2).

Nesse sentido, pesquisadores dessa área estruturaram elementos e categorias para a classificação dos ativos intangíveis. Visando um melhor esclarecimento, a seguir, exibe-se, no Quadro 2, a proposta de Kayo (2002).

Quadro 2 - Classificação dos ativos intangíveis

Tipo de Intangível	Principais Componentes
Ativos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento, talento, capacidade, habilidade e experiência dos empregados - Administração superior ou empregados-chave - Treinamento e desenvolvimento - Entre outros
Ativos de Inovação	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa e desenvolvimento - Patentes - Fórmulas secretas - Know-how tecnológico - Entre outros
Ativos Estruturais	<ul style="list-style-type: none"> - Processos - Software proprietários - Bancos de dados - Sistemas de informação - Sistemas administrativos - Inteligência de mercado - Canais de mercado - Entre outros
Ativo de Relacionamento (com públicos estratégicos)	<ul style="list-style-type: none"> - Marcas - Logos - Trademarks - Direitos autorais (de obras literárias, de software etc.) - Contratos com clientes, fornecedores etc. - Contratos de licenciamento, franquias etc. - Direitos de exploração mineral, de água etc. - Entre outros

Fonte: KAYO (2002, p. 19).

Quanto ao relacionamento de ativos tangíveis e intangíveis, Vaz et al. (2014) citam Bukh et al. (2003) e afirmam:

Os ativos intangíveis componentes do capital intelectual de uma empresa frequentemente interagem com os ativos tangíveis ou financeiros para criar valor corporativo de crescimento econômico. Isto pode ser observado, por exemplo, no caso de uma marca (ativo intangível) que valoriza um determinado produto da empresa (ativo tangível). (BUKH et al., 2003, apud VAZ et al., 2014, p. 118).

Em relação aos ativos intangíveis, Edvinsson e Malone (1998, p. 40) compreendem como “a posse de conhecimento, experiência aplicada, tecnologia

organizacional, relacionamentos com clientes e habilidades profissionais que proporcionam à empresa uma vantagem competitiva no mercado”.

Referente ao ambiente competitivo na era do conhecimento, Kaplan e Norton (1997) explicam que os ativos intangíveis dão permissão para que uma empresa:

Desenvolva relacionamentos que conservem a fidelidade dos clientes existentes e permitam que novos segmentos de clientes e áreas de mercado sejam atendidos com eficácia e eficiência; Lance produtos e serviços inovadores desejados por seus clientes alvo; Produza bens e serviços customizados de alta qualidade a preços baixos e com ciclos de produção mais curtos; Mobilize as habilidades e a motivação dos funcionários para a melhoria contínua de processos, qualidade e os tempos de resposta; Utilize tecnologia da informação, bancos de dados e sistemas. (KAPLAN; NORTON, 1997, p. 4).

Deste modo, fica evidenciada a representatividade do ativo intangível dentro das organizações. Entretanto, aos administradores, tão importante quanto reconhecer a sua existência, é necessário utilizá-lo com expertise, a fim de que seja maximizado o valor das empresas, pois conforme esclarecem Kaplan e Norton (1997, p. 19): “As empresas da era da informação serão bem-sucedidas investindo e gerenciando seus ativos intelectuais.”.

Sobre a identificação dos Ativos Intangíveis, Hendriksen e Van Breda (1999) apontam que a Contabilidade considera as seguintes classificações:

Identificáveis: os ativos tornam-se identificáveis quando estão associados a uma descrição objetiva; Não Identificáveis: em contrário, o ativo não identificável indica, especificamente, que não é possível definir com clareza sua origem. (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p. 388).

Antunes e Leite (2008, p. 6) explicam que existem ativos que “[...] podem ser mais facilmente identificados (marca, patentes, tecnologias, por exemplo) e outros são aqueles considerados como geradores internamente, mas de difícil identificação e controle”. A seguir, na Figura 1, exibe-se um organograma da Estrutura dos ativos proposta por Assunção et al. (2005).

Figura 1 - Estrutura dos ativos



Fonte: ASSUNÇÃO et al. (2005, p. 10).

Comentam Assunção et al. (2005), sobre a Figura 1:

[...] os ativos de uma empresa se dividem em: tangíveis, cujo reconhecimento é incontestável; e intangíveis. Estes, por sua vez, se classificam em: intangíveis identificados e mensuráveis (direitos autorais, franquias, patentes, etc.); intangíveis identificados, mas, ainda, não mensuráveis (Capital Intelectual); e intangíveis ainda não identificados (Goodwill desconhecido). E, somando-se o Capital Intelectual aos intangíveis ainda não identificados, encontra-se o Goodwill Total. (ASSUNÇÃO et al., 2005, p. 10).

Tendo em vista os aspectos abordados nesta seção, é possível observar a importância dos ativos intangíveis para as organizações e os elementos que o compõem. No próximo tópico, explora-se o tema capital intelectual, componente integrante dos ativos intangíveis.

2.3 CAPITAL INTELECTUAL

Nessa seção discutem-se as definições e elementos do capital intelectual, a sua evidenciação e métodos para mensurá-lo.

2.3.1 Definições e Elementos do Capital Intelectual

Na literatura são encontradas diversas definições referentes ao conceito de capital intelectual. No Quadro 3, a seguir, exibem-se algumas definições de capital

intelectual, conforme compilação de autores apresentada por Vaz, Viegas e Maldonado (2017).

Quadro 3 - Definições de capital intelectual

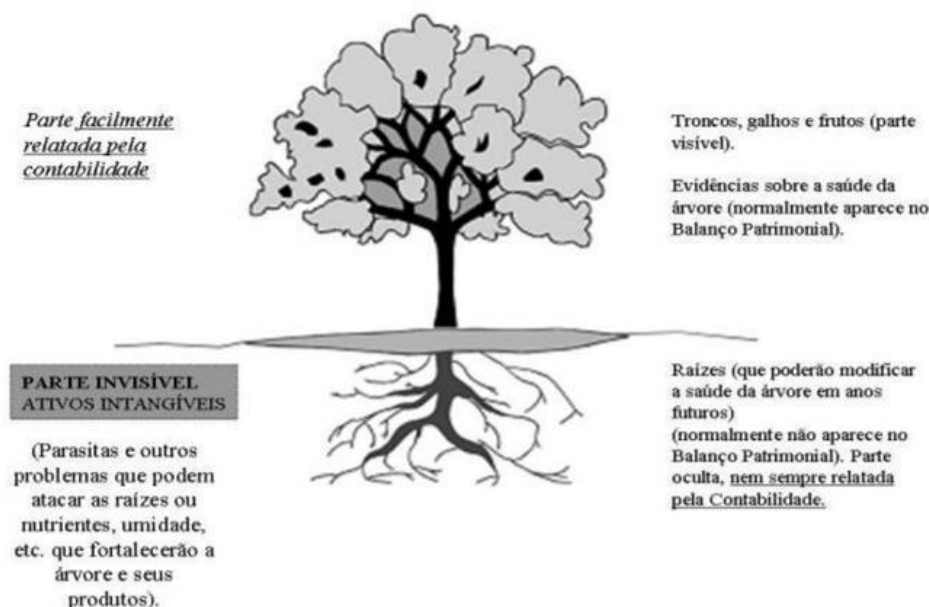
AUTORES	DEFINIÇÕES
Stewart (1998, p. 13)	O capital intelectual “constitui a matéria intelectual – conhecimento, informação, propriedade intelectual, experiência que pode ser utilizada para gerar riqueza. É a capacidade mental coletiva”. Logo, admite-se que o Capital Intelectual, como o conjunto de valores ocultos que agregam valor às organizações, permitindo sua continuidade.
Graciolli (2005)	Capital Intelectual é conjunto de valores, seja de capital, um ativo ou um recurso, ambos se acham ocultos e todos tendem a agregar valores reais à organização.
Edvinsson e Malone (1998)	O capital intelectual é um capital não financeiro que representa a lacuna oculta entre o valor de mercado e o valor contábil. Sendo, portanto, a soma do Capital Humano e do Capital Estrutural. Para estes autores, o capital humano corresponde a toda a capacidade, conhecimento, habilidade e experiência individuais dos empregados de uma organização para realizar as tarefas. O capital estrutural é formado pela infraestrutura que apoia o capital humano, ou seja, tudo o que permanece na empresa quando os empregados vão para casa.
Hugh MacDonald (1995) apud Stewart (1998, p. 70)	O capital intelectual é o conhecimento existente em uma organização e que pode ser utilizado para criar uma vantagem diferencial para a mesma.
Brooking (1996)	O capital intelectual é uma combinação de ativos intangíveis, frutos das mudanças nas áreas da tecnologia da informação, mídia e comunicação, que trazem benefícios intangíveis para as empresas e que capacitam seu funcionamento.
Duffy (2000)	O capital intelectual é a união de capital estrutural e humano, o que indica capacidade de ganhos futuros de um ponto de vista humano. É a capacidade de criar continuamente e proporcionar valor de qualidade superior à organização.
Schmidt e Santos (2003)	O capital intelectual consiste no conhecimento que foi adquirido e transformado pelas pessoas, com o objetivo de produzir ativos de maiores valores para a organização, como a satisfação da necessidade de um cliente, desenvolvimento de um produto inovador, bom relacionamento com fornecedores e sistemas de informações, entre outros ativos intelectuais, que juntos foram o capital intelectual organizacional.
Rodrigues et al. (2009)	O capital intelectual é um fenômeno complexo, de caráter eclético e multidisciplinar, o que dificulta a adoção de uma definição e mesmo práticas generalizáveis para a sua gestão.
Edvinsson e Sullivan (1996)	Consideram capital intelectual como o conhecimento que pode ser convertido em valor, englobando invenções, ideias, conhecimentos gerais, projetos, programas computacionais, processos e publicações.
Klein (1998)	O capital intelectual é composto pelo conhecimento, experiência, especialização e diversos ativos intangíveis da organização, ao invés de seu capital intangível físico e financeiro.

Sharabati, Jawad e Bontis (2010)	O capital intelectual representa a riqueza de ideias e a habilidade de inovar que determinarão o futuro de uma organização.
Pablos (2004)	O capital intelectual compreende todos os recursos baseados no conhecimento que podem criar valor para a organização, mas que não estão incluídos nas demonstrações financeiras da mesma.

Fonte: VAZ et al. (2017, p. 6-8).

Através de uma linguagem metafórica, Edvinsson e Malone (1998) esquematizam o capital intelectual. Os autores explicam que, considerando uma empresa como uma árvore, os dados descritos nos relatórios, demonstrações financeiras e demais documentos constituem o tronco, galhos e folhas. Já as raízes, encontradas abaixo da superfície, constituem o capital intelectual das entidades, que são compostos pelos fatores dinâmicos ocultos. Na Figura 2, ilustra-se a metáfora da árvore.

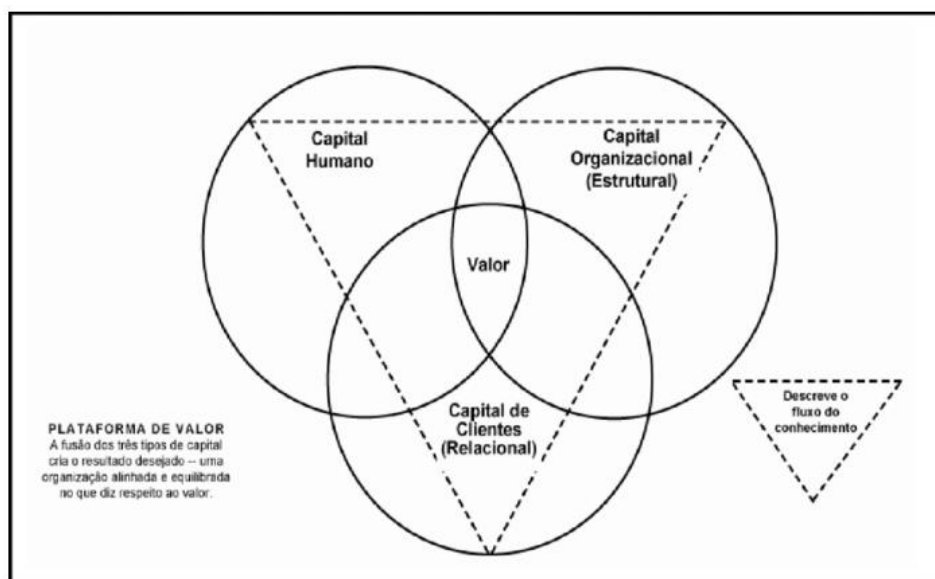
Figura 2 - Metáfora do capital intelectual



Fonte: EDVINSSON; MALONE (1998, p. 9).

A seguir, na Figura 3, apresenta-se a plataforma de valor. Edvinsson e Malone (1998) elucidam que através da fusão dos capitais, somada a gestão do conhecimento é que se alcança o resultado almejado. Uma empresa bem alinhada e equilibrada promove a otimização do seu capital financeiro (valor). (EDVINSSON; MALONE, 1998).

Figura 3 – Plataforma de valor



Fonte: EDVINSSON; MALONE (1998, p. 133).

Sobre esse modelo, Edvinsson e Malone (1998) alertam que ele traz consigo duas mensagens importantes:

A primeira é que o valor corporativo não provém diretamente de qualquer de seus fatores de Capital Intelectual, mas apenas da interação entre todos eles. A segunda, e igualmente importante, é que, não importando a intensidade da força de uma organização relativamente a um ou dois desses fatores (por exemplo, uma organização poderosa e dinâmica e colaboradores brilhantes), se o terceiro fator for fraco ou, pior ainda, mal orientado (como, por exemplo, uma base inadequada de clientes), aquela organização não possui o potencial de transformar seu Capital Intelectual valor para a corporação. (EDVINSSON; MALONE, 1998, p. 133).

Existem variados estudos referentes ao capital intelectual e as suas classificações. Antunes (2008) comenta que é possível encontrar as primeiras categorizações dos elementos que fazem parte do capital intelectual nos estudos realizados por Brooking (1996), Edvinsson e Malone (1998) e Sveiby (1998).

Então, para uma melhor visualização, referente à composição do Capital Intelectual, exhibe-se, no Quadro 4 a seguir, a proposta desenvolvida por Dzikowski (1998 apud VAZ; VIEGAS; MALDONADO, 2017).

Quadro 4 - Classificação do capital intelectual segundo Dzikowski (1998)

CAPITAL HUMANO
<ul style="list-style-type: none"> - <i>Know-how</i> - Educação - Qualificação vocacional - Conhecimento relacionado ao trabalho

<ul style="list-style-type: none"> - Avaliações ocupacionais - Avaliações psicométricas - Competências relacionadas ao trabalho - Ímpeto empreendedorístico, inovatividade, capacidades proativas e reativas, mutabilidade 	
CAPITAL RELACIONAL	
<ul style="list-style-type: none"> - Acordos de franquias - Clientes - Fidelidade do cliente - Nomes de companhias - Pedidos em carteira - Canais de distribuição - Colaborações comerciais - Acordos de licenciamento - Contratos favoráveis 	
CAPITAL ESTRUTURAL	
PROPRIEDADE INTELECTUAL	ATIVOS DE INFRAESTRUTURA
<ul style="list-style-type: none"> - Patentes - Direitos autorais - Direitos de projeto - Segredos industriais - Marcas registradas 	<ul style="list-style-type: none"> - Filosofia gerencial - Cultura corporativa - Processos gerenciais - Sistemas de informação - Sistemas de rede

Fonte: DZINKOWSKI (1998, apud VAZ; VIEGAS; MALDONADO, 2017).

Dzinkowski (1998 apud VAZ; VIEGAS; MALDONADO, 2017) acrescenta que os aspectos da geração de valor implicam que a administração do capital intelectual acontece de maneira única em cada organização.

No Quadro 5, por sua vez, demonstra-se a estrutura desenvolvida por Brooking (1996 apud ANTUNES, 2008, p. 12):

Quadro 5 - Classificação segundo Brooking (1996)

CAPITAL INTELECTUAL	
Ativos de Mercado	Potencial que a empresa possui em decorrência dos intangíveis que estão relacionados ao mercado, tais como: marca, clientes, lealdade dos clientes, negócios recorrentes, negócios em andamento, canais de distribuição.
Ativo Humano	Benefícios que o indivíduo pode proporcionar para as organizações por meio da sua expertise, criatividade, conhecimento, habilidade para resolver problemas, tudo visto de forma coletiva e dinâmica.
Ativos de Propriedade Intelectual	Ativos que necessitam de proteção legal para proporcionarem às organizações benefícios tais como know-how, segredos industriais, copyright, patentes, design.
Ativos de infraestrutura	Tecnologias, metodologias e processos empregados como cultura organizacional, sistema de informação, métodos gerenciais, aceitação ao risco, banco de dados de clientes.

Fonte: BROOKING (1996 apud ANTUNES, 2008, p. 12).

Na sequência, no Quadro 6, evidencia-se a classificação de Edvinsson e Malone (1998 apud ANTUNES, 2008, p. 13). Esclarece Antunes (2008) que

Brooking (1996) faz uso do termo ativo enquanto outros autores usam a expressão recurso para fazerem referência ao mesmo elemento.

Quadro 6 - Classificação segundo Edvinsson e Malone (1997)

CAPITAL INTELECTUAL	
Capital Humano	Potencial que a empresa possui em decorrência dos intangíveis que estão relacionados ao mercado, tais como: marca, clientes, lealdade dos clientes, negócios recorrentes, negócios em andamento, canais de distribuição.
Capital Estrutural	Benefícios que o indivíduo pode proporcionar para as organizações por meio da sua expertise, criatividade, conhecimento, habilidade para resolver problemas, tudo visto de forma coletiva e dinâmica.

Fonte: EDVINSSON; MALONE (1997 apud ANTUNES, 2008 p. 13).

No Quadro 7, mostra-se a proposta de Sveiby, que elenca os mesmos elementos como ativos intangíveis. Para Sveiby (1998, p. 9), “as pessoas são os únicos verdadeiros agentes na empresa. Todos os ativos e estruturas - quer tangíveis ou intangíveis - são resultado das ações humanas. Todos dependem das pessoas, em última instância, para continuar a existir”.

Quadro 7 - Classificação segundo Sveiby (1998)

ATIVOS INTANGÍVEIS	
Estrutura Externa	Marcas, marcas registradas, relações com clientes e fornecedores, imagem da empresa.
Estrutura Interna	Estrutura organizacional, estrutura gerencial, estrutura legal, sistemas, pesquisa e desenvolvimento, software.
Competência Individual	Envolve a capacidade de agir em diversas situações para criar ativos tangíveis e intangíveis.

Fonte: Adaptado de SVEIBY (1998).

Antunes (2005) percebe que na identificação de elementos que fazem parte das definições de capital intelectual, ocorre a utilização de diversos termos, a saber: ativo intelectual, ativos intangíveis, capital intelectual, ativos baseados no conhecimento, entre outros.

Antunes, Silva e Saiki (2009) acrescentam que:

[...] uma possível explicação para isso pode estar no fato de os elementos intangíveis serem considerados essenciais para as organizações e, em função disso, os autores empregarem recurso (denominação econômica) e ativo (denominação contábil) para identificar bens que podem ser tanto tangíveis quanto intangíveis. Entretanto, pode-se identificar consenso entre os autores com relação à sua intangibilidade e à capacidade que têm em

gerar benefícios para as organizações. (ANTUNES; SILVA; SAIKI, 2009, p. 6).

Segundo Lev (2001, apud ANTUNES, 2006, p. 17), o capital intelectual é “um ativo intangível que, se gerenciado com sucesso, proporciona benefícios futuros para a empresa”. Portanto, o processo de gestão e valorização do capital intelectual dependem da sua identificação, das interações entre os tipos existentes e da estratégia utilizada pelos responsáveis na administração desses elementos.

No tocante ao aspecto gerencial do capital intelectual, é oportuno enfatizar as suas utilidades, “[...] considerando que as medições de capital intelectual, se bem gerenciadas, contribuem para que a empresa possa buscar seu aprimoramento”. (OLIVEIRA; BEUREN, 2003, p. 91). A seguir, são discutidas formas de se mensurar este capital e aspectos relacionados com a sua evidenciação.

2.3.2 Mensuração do Capital Intelectual

Em virtude do caráter subjetivo do capital intelectual, a sua aferição não é um processo simples. Referente às dificuldades em sua apuração, Stewart (1998) diz:

Sem dúvida a avaliação de ativos do conhecimento deve ser imprecisa, mas também há muita adivinhação nos números “isolados”. Se o processo de avaliação de tangíveis fosse à prova de erros, as empresas nunca teriam que baixar contabilmente esses ativos ou discutir com as autoridades fiscais se a vida útil desses ativos (e, conseqüentemente, seu índice de depreciação) deve ser de cinco, dez, vinte ou mais anos. Para ser mais exato, a experimentação entusiasmada de medições é a melhor forma de aprimorá-las. (STEWART, 1998, p. 199).

Enfatizam Kaplan e Norton (1997, p. 21) que “Medir é importante: o que não é medido não é gerenciado”. Dessa maneira, ainda que o processo de dimensionar o capital intelectual seja complexo, o seu acompanhamento confere às empresas a possibilidade de um melhor gerenciamento desse valioso recurso. Como vantagens em se fazer a aferição do capital intelectual, Rodrigues e Santos (2012) citam Martin (2004) da seguinte forma:

[...] aumento no potencial informativo da Contabilidade; redimensionamento patrimonial da entidade (clareza e adequação); canalização correta dos recursos para investimentos em capital humano e capital estrutural; facilitar a escolha do investidor; determinar de que maneira uma melhor gestão do conhecimento ajudará à empresa a ganhar ou economizar dinheiro e ainda, evitar danos e injustiças que uma avaliação patrimonial incorreta traz,

gerando lucros ou prejuízos indevidos. (MARTIN, 2004, apud RODRIGUES; SANTOS, 2012, p. 146).

Já Antunes (2008), apresenta a lista de vantagens elaborada por Brooking (1996) conforme segue:

Confirmar a habilidade da organização para atingir objetivos; Planificar a Pesquisa e Desenvolvimento; Fornecer informações básicas aos programas de reengenharia; Fornecer um foco para programas de educação organizacional e treinamento; Analisar o valor da empresa; Ampliar a memória organizacional. (BROOKING, 1996 apud ANTUNES, 2008, p. 122).

Diversos estudiosos desenvolveram técnicas para que se possa realizar a sua medição. Dentre os modelos existentes, a seguir, apresentam-se: (a) Diferença ou Razão entre o Valor Contábil e o Valor de Mercado (Market-to-Book); (b) Monitor de Ativos Intangíveis; e (c) Navegador Skandia.

A Diferença ou Razão entre o Valor Contábil e o Valor de Mercado (*Market-to-Book*) tem como finalidade determinar o capital intelectual. O método consiste no uso das seguintes equações, conforme expressa Stewart (1998):

Pela Diferença: $CI = VM - VC$

Pela Razão: $CI = VM / VC$

Em que:

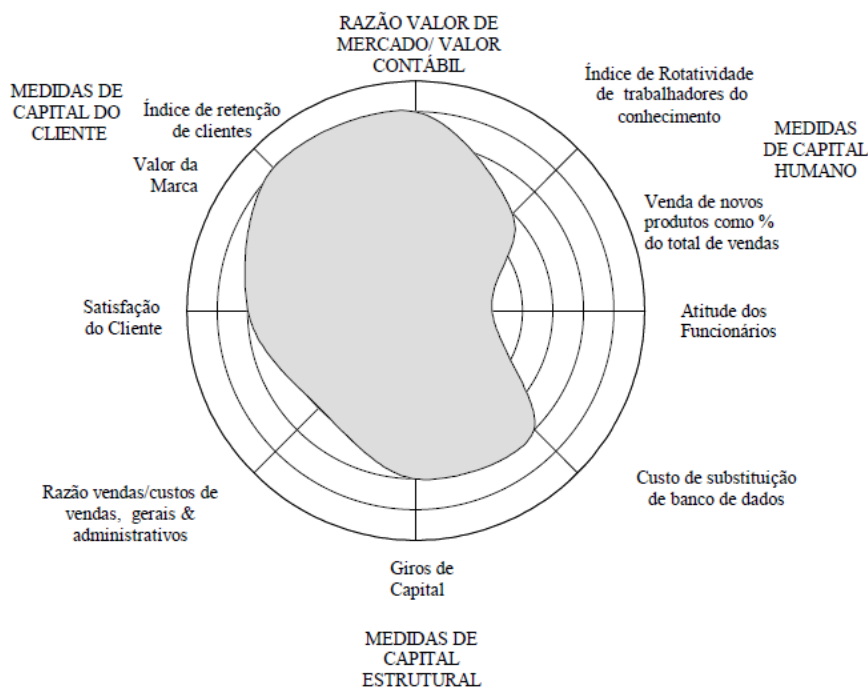
- CI = Capital Intelectual.
- VM = significa Valor de Mercado (preço por ação multiplicado pelo número total de ações do capital da empresa).
- VC= significa Valor Contábil (valor registrado no Patrimônio Líquido da entidade).

Stewart (1998) explica que, realizados os cálculos, o resultado aponta que, se o valor de mercado for maior que o contábil, a diferença pode ser atribuída ao capital intelectual da empresa. Stewart (1998) também faz uma ressalva quanto à volatilidade da Economia no uso dessas fórmulas. Algumas situações do mercado fogem do controle da gerência, como, por exemplo, alterações na legislação tributária, elevações de taxas de juros, entre outras. Logo, as empresas não devem sintetizar a avaliação de capital intelectual apenas com as equações supracitadas. Para demonstrar o desempenho financeiro, explica Stewart (1998) que:

[...] a Contabilidade do capital intelectual deve analisar o desempenho da empresa de vários pontos de vista. O que pode ser um indicador-chave para uma empresa talvez seja trivial para outra, dependendo do setor e da estratégia que a empresa resolveu seguir. (STEWART, 1998, p. 217-218).

À vista disso, Stewart (1998) propõe o navegador de Capital Intelectual, apresentado a seguir (Figura 4).

Figura 4 - Navegador de Stewart



Fonte: STEWART (1998, p. 219).

Nesse modelo, o autor sugere a criação de um gráfico circular, dividido em diversas linhas, no formato de uma tela de radar que precisa conter também a razão entre valor de mercado/valor contábil e índices que compõem o capital intelectual (humano, estrutural e cliente). Quanto à compreensão, a área interior representará a atual situação da organização, enquanto a exterior evidenciará a meta a qual se deseja alcançar. (STEWART, 1998).

Salienta Stewart (1998) que devido ao grande número de medidas não financeiras existentes, as organizações correm o risco de superlotar o painel, caso façam uso de um número excessivo delas. A fim de nortear o processo, ele lista três princípios para guiarem as organizações nas escolhas dessas medidas, sendo elas: manter a simplicidade; analisar, de forma estratégica, aquilo que tem importância; fazer a avaliação de tarefas que produzam riqueza intelectual. (STEWART, 1998).

O modelo (Quadro 8) proposto por Sveiby (1998) consiste em um monitor de ativos intangíveis que demonstra de forma simples maneira simplificada um conjunto de indicadores relevantes, cuja a seleção depende da estratégia utilizada pelas organizações.

Quadro 8 - Monitor de ativos intangíveis (1998)

ATIVOS INTANGÍVEIS		
Estrutura Externa	Estrutura Interna	Competências das Pessoas
Crescimento/Renovação Crescimento orgânico do volume de vendas. Aumento da participação no mercado. Índice de clientes satisfeitos ou índices da qualidade.	Crescimento/Renovação Investimentos em tecnologia da informação. Parcela de tempo dedicada às atividades internas de P&D. Índice da atitude de pessoal em relação aos gerentes, à cultura e aos clientes.	Crescimento/Renovação Parcela de vendas geradas por clientes, que aumentam a competência. Aumento da experiência média profissional (número de anos). Rotatividade de competência.
Eficiência Lucro por cliente. Vendas por profissional.	Eficiência Proporção de pessoas de suporte. Vendas por funcionários de suporte.	Eficiência Mudança no valor agregado por profissional. Mudança na proporção de funcionários.
Estabilidade Frequência da repetição de pedidos. Estrutura etária.	Estabilidade Idade da organização. Taxa de novatos.	Estabilidade Taxa de rotatividade dos profissionais.

Fonte: SVEIBY (1998, p. 238).

Considera Sveiby (1998) que existem dois fins principais para que os ativos intangíveis sejam avaliados e duas partes interessadas nesses resultados:

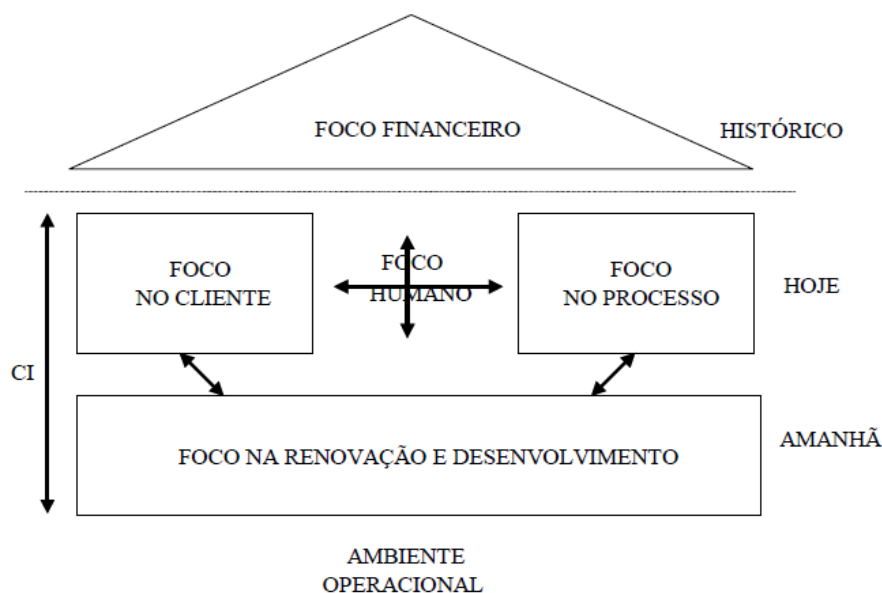
Na apresentação externa, a empresa se descreve da forma mais precisa possível para os envolvidos, clientes, credores e acionistas para que eles possam avaliar a qualidade da gerência e se é provável que se trate de um fornecedor ou credor confiáveis. (SVEIBY, 1998, p. 194-195).

Já, a respeito da avaliação interna, ela é realizada para os gestores, que precisam conhecer ao máximo as organizações, a fim de monitorarem o progresso delas e tomarem medidas corretivas em situações às quais seja necessário. (SVEIBY, 1998).

Backes (2005) comenta que, Leif Edvinsson, junto a uma equipe de profissionais financeiros e contábeis, criaram um conjunto de indicadores capazes de avaliarem os ativos invisíveis. O instrumento foi agrupado em cinco áreas, sendo elas: foco financeiro, foco no cliente, foco no processo, foco humano, foco na

renovação e desenvolvimento. (EDVINSSON; MALONE, 1998). Na Figura 5, apresenta-se uma ilustração desse instrumento, conhecido por Navegador Skandia.

Figura 5 - Navegador Skandia



Fonte: EDVINSSON; MALONE (1998, p. 60).

O relatório é conhecido como navegador devido à junção desses cinco elementos apontarem para vários aspectos que dão o caráter dinâmico, o que acaba resultando em um relatório diferenciado. (ANTUNES, 1999 apud SANTOS et al., 2003).

Sobre a utilização do navegador, Backes (2005) explica:

[...] é utilizado como modelo de planejamento de negócios, fornecendo uma perspectiva geral do passado da empresa, foco financeiro; seu presente, foco no cliente, no processo e no aspecto humano; e seu futuro, foco na renovação e desenvolvimento. (BACKES, 2005, p. 93).

A fim de estabelecerem uma equação que traduzisse em um único número o capital intelectual, de modo que se pudessem realizar comparações entre empresas, Edvinsson e Malone (1998, p. 166) sugerem três princípios a serem seguidos:

1. Localizar um conjunto básico de índices em nosso modelo de CI que possa, com adaptação mínima, ser aplicado a toda sociedade;
2. Obter aprovação para esse conjunto básico de índices e, ao mesmo tempo, reconhecer que cada organização possa ter um capital intelectual adicional que necessite ser avaliado por outros índices; e
3. Estabelecer uma variável que capte a não tão-perfeita previsibilidade do futuro, bem como a dos equipamentos, das organizações e das pessoas que nela trabalham.

Tendo como base tais princípios, Edvinsson e Malone (1998) propuseram as seguintes fórmulas:

$$\text{Capital Intelectual Organizacional} = iC$$

Em que:

- C = Valor monetário do capital Intelectual;
- i = Coeficiente de Eficiência;

A variável absoluta (C) ressalta o comprometimento das empresas em relação ao futuro e a variável (i) mede o compromisso no desempenho atual (EDVINSSON; MALONE, 1998).

Quanto aos indicadores, elucida Backes (2005, p. 96) que, “[...] são expressos em percentagens de forma a culminar em um percentual que venha refletir a eficácia da organização na utilização do capital intelectual”. O que justifica, para Backes (2005), a outra equação sugerida pelos autores:

$$i = (n/x)$$

Onde:

- n = Somatório dos valores decimais dos nove índices de eficiência propostos pelos autores;
- x = O número desses índices.

Apesar de ser complexa a mensuração do capital intelectual, Stewart (1998) defende que o aprimoramento das técnicas ocorre justamente através da prática e que os desafios encontrados não devem ser identificados como razões para não quantificá-lo.

Backes (2005) ressalta que:

A mensuração do capital intelectual possui utilidade em todo o processo de gestão da empresa, uma vez que esse recurso participa da construção dos resultados e, portanto, as estratégias de crescimento e manutenção do mesmo precisam ser constantemente monitoradas. [...] compreende-se que cada empresa deve avaliar o conjunto de indicadores que irão refletir melhor o seu montante de capital intelectual, tendo em vista as características individuais de cada empresa. (BACKES, 2005, p. 104).

Diante do exposto, que para que se possa fazer um gerenciamento eficiente dos recursos intangíveis, é essencial que os mesmos sejam identificados e mensurados, haja vista que eles representam vantagens competitivas e elevam o valor das empresas. (SCHUH, 2009).

2.3.3 Evidenciação do Capital Intelectual

De acordo com Piacentini (2004), pode-se compreender a evidenciação como qualquer informação divulgada pelas companhias que contribuam para que usuários internos e externos conheçam o quadro econômico e financeiro das empresas. Com relação à clareza dos dados divulgados, esclarece a autora:

A evidenciação está relacionada com a maneira clara de divulgar as informações contábeis. Entende-se, porém, que para a contabilidade divulgar com clareza é necessário que os dados sejam cuidadosamente trabalhados desde a sua entrada no sistema contábil, até a sua saída. Sob esta ótica, a evidenciação contábil faz parte do processo de identificação mensuração e organização dos eventos econômicos financeiros, como informação útil. Assim, todo o processo contábil deve ser claro o suficiente para que haja o estabelecimento da comunicação com o usuário, através da divulgação das informações produzidas e fornecidas aos mesmos. (PIACENTINI, 2004, p. 38).

Com relação à funcionalidade das informações contábeis, Piacentini (2004) comenta:

As informações são exigidas pelos gestores, pelo mercado investidor, assim como por toda a sociedade, são informações sobre o patrimônio e suas alterações, sobre a geração de impostos e empregos, sobre a atuação da companhia no campo social e ambiental, entre outras. A contabilidade tem a função de capturar as informações sobre os eventos econômicos da companhia, interpretar essas informações e selecionar aquelas que deverão ser comunicadas, codificando e transmitindo estas informações para o usuário, utilizando-se das técnicas e normas de evidenciação. (PIACENTINI, 2004, p. 36).

A autora também percebe o quão importantes são os aspectos qualitativos e quantitativos dos dados contábeis. Ela reforça que é necessário manter a qualidade e atender aos padrões de publicação, visando cumprir com os objetivos da empresa, pois, do contrário, as informações contábeis podem impactar de maneira indesejada nos comportamentos dos usuários. (PIACENTINI, 2004).

Ponte e Oliveira (2004, p. 9) afirmam que “as empresas podem adotar diferentes formas de evidenciação, mas devem fornecer informações em quantidade

e qualidade que atendam às necessidades dos usuários das demonstrações contábeis”. Entretanto, observa Ludícibus (2010, p. 115), “ocultar informações ou fornecê-las de forma demasiadamente resumida é tão prejudicial quanto fornecer informação em excesso”.

Segundo Piacentini (2004), a maneira de se apresentar as demonstrações contábeis não deve estar restringida apenas à credibilidade das informações, todavia é preciso levar em consideração a compreensibilidade das mesmas e a sua aplicação. “A contabilidade só atingirá o seu principal objetivo se o usuário destas informações atingir suas necessidades para tomada de decisão.” (PIACENTINI, 2004, p. 37).

Backes (2005) considera que evidenciar o capital intelectual contribui atenuando insuficiências relativas aos recursos do conhecimento, em especial, no que tange às demandas de informações externas por acionistas e investidores. Ressalta a autora sobre a importância das informações:

As empresas encontram nos investidores e acionistas uma fonte de recursos que lhes possibilitam acompanhar o desenvolvimento tecnológico e manterem-se competitivas, permitindo a sua manutenção e crescimento no mercado. Os acionistas e investidores, por conseguinte, necessitam ser tratados como parceiros do negócio e, para tanto, precisam ter acesso a informações que lhes permitam conhecer profundamente a composição do mesmo e para traçar tendências sobre as expectativas futuras da empresa na qual investem, tendo em vista os riscos inerentes a este tipo de investimento. (BACKES, 2005, p. 105).

Backes (2005) ainda acrescenta que embora não seja obrigatória a evidenciação do capital intelectual, cada organização possui seus próprios objetivos e tem um público-alvo na evidenciação de determinadas informações.

Elucida Stewart (1998) quanto à razão pela qual o capital intelectual não é percebido com a relevância que deveria:

Um dos motivos pelos quais as pessoas não dão muita atenção ao capital intelectual é o fato de não poderem ver os ganhos gerados pelo cérebro – os retornos de seu investimento. Um investidor que escolhe entre comprar ações da IBM ou da Microsoft baseando-se apenas em seus resultados financeiros não aprenderia nada sobre o que torna as duas empresas valiosas. Entretanto, o sistema de informação que roda o sabre - o serviço de reservas que hoje é mais rentável do que os aviões - é quase inteiramente um ativo intangível e não pode ser visto em lugar algum do balanço patrimonial. (STEWART, 1998, p. 55).

Diversos são os meios que as companhias possuem para fazer com que os relatórios contábeis se tornem objetivos e úteis aos usuários, portanto o maior cuidado que as organizações devem ter é de garantir com que essas informações sejam relevantes para auxiliar os processos de tomadas de decisões. (PIACENTINI, 2004).

Posto isto, no próximo tópico são apresentados os estudos anteriores que, não somente evidenciaram a relevância do assunto estudado no presente trabalho, como também contribuíram na construção da análise das informações obtidas na etapa da pesquisa.

2.4 ESTUDOS ANTERIORES

Com o objetivo de abordar estudos que identificassem a temática do capital intelectual, foi realizada uma pesquisa nos 35 Periódicos Nacionais de Contabilidade com Editorias de PPGs Associados ou Parceiros Institucionais da ANPCont, conforme se apresenta no Quadro 9:

Quadro 9 - Periódicos Nacionais de Contabilidade com Editorias de PPGs Associados ou Parceiros Institucionais da ANPCont

REVISTA	INSTITUIÇÃO	QUALIS
Advances in Scientific and Applied Accounting – ASAA	ANPCONT	A2
Brazilian Business Review – BBR	FUCAPE/ES	A2
Contabilidade Vista & Revista	UFMG/MG	A2
Revista Brasileira de Gestão de Negócios – RBGN	FECAP/SP	A2
Revista Contabilidade & Finanças (USP)	FEA/USP	A2
Revista Contemporânea de Contabilidade – RCC	UFSC/SC	A2
Revista de Contabilidade e Organizações – RCO	FEA/USP/RP	A2
Revista Universo Contábil	FURB/SC	A2
BASE (UNISINOS)	UNISINOS/RS	B1
Contabilidade, Gestão e Governança – CGG	UnB	B1
Custos e @gronegocio on line	UFRPE	B1
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade – REPEC	Abracicon/DF	B1
Revista Enfoque: Reflexão Contábil	UEM/PR	B1
Pensar Contábil	CRC/RJ	B2
Revista Catarinense da Ciência Contábil	CRC/SC	B2
Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade – REUNIR	UFCG – CCJS/UACC	B2
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis	UERJ/RJ	B2
Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	UNEB	B2
Sociedade, Contabilidade e Gestão	PPGCC/UFRJ	B2
Revista Ambiente Contábil	UFRN	B3

Revista de Administração, Contabilidade e Economia – RACE	UNOESC/SC	B3
Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE – RACEF	FUNDACE	B3
Revista de Contabilidade e Controladoria – RC&C	UFPR/PR	B3
Revista Evidenciação Contábil	UFPB	B3
Revista Mineira de Contabilidade – RMC	CRC-MG	B3
CAP Accounting and Management	UTFPR	B4
ConTexto	UFRGS	
Revista da Associação Brasileira de Custos – ABCustos	ABC – Associação Brasileira de Custos	B4
Revista de Contabilidade da UFBA	UFBA	B4
Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI	UFPI	B4
Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis – Sinergia	FURG/RS	B4
Práticas em Contabilidade e Gestão Mackenzie	Mackenzie	B5
Revista de Administração e Contabilidade da FAT	Fac. Anísio Teixeira (FAT)	B5
Revista de Informação Contábil – RIC	UFPE/PE	B5
Revista Brasileira de Contabilidade – RBC	Conselho Federal de Contabilidade	C

Fonte: ANPCont (2021).

Considerando a utilização da palavra-chave capital intelectual, foram identificados 37 itens. Para a construção deste capítulo, foi aplicado um olhar criterioso sobre todos os periódicos encontrados, visando eleger somente aqueles que exibissem objetivos semelhantes ao tema desta pesquisa, a saber: estudos desenvolvidos a partir do ano de 2007 a 2021; o entendimento, por parte das organizações, do conceito de capital intelectual; a evidenciação de elementos do capital intelectual nos relatórios divulgados pelas entidades; a influência do capital intelectual no resultado econômico das empresas.

A seguir, apresentam-se os 15 estudos selecionados que obedeceram ao critério estabelecido inicialmente:

No artigo desenvolvido por Antunes e Martins (2007), foi estudada a relação entre a compreensão da definição de Capital Intelectual, na visão dos gestores, e o desempenho das companhias, tendo como amostra 30 companhias dos ramos da indústria, comércio e serviços. Os pesquisadores buscaram examinar “[...] a adequação das medidas de desempenho atualmente existentes para captar os efeitos dos investimentos nos elementos que compõem o Capital Intelectual”. (ANTUNES; MARTINS, 2007, p. 5).

Os autores concluíram que:

[...] os gestores possuem o entendimento do conceito de capital intelectual semelhante ao conceito que é exposto na literatura; que eles realizam investimentos nos elementos que identificam o capital intelectual; e que o entendimento do conceito influenciou indiretamente o desempenho das empresas por meio das ações de investimentos realizados no elemento humano. (ANTUNES; MARTINS, 2007, p. 5).

Através deste estudo Antunes e Martins (2007, p. 19) identificaram que existe “[...] uma lacuna a ser preenchida pela Contabilidade Gerencial no sentido de disponibilizar instrumentos adequados para a gestão eficaz das organizações, por meio da identificação dos fenômenos que afetam a realidade empresarial”.

O trabalho realizado por Rover, Reina e Ensslin (2008, p. 1) objetivou-se na apresentação de “[...] um mapeamento da pesquisa na área de CI no contexto brasileiro, no período de 1994 a 2007”. A amostra da pesquisa foi constituída por “[...] 45 artigos científicos relacionados ao CI, publicados em periódicos nacionais classificados pela CAPES como A, B e C e em eventos nacionais A, da área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo”. (ROVER, REINA E ENSSLIN, 2008, p. 1).

Os resultados apontaram que:

[...] no estudo bibliométrico, 49% dos trabalhos são exploratórios, 69% são estudos práticos, e os setores de telecomunicações e tecnologia são os mais investigados nos estudos; no mapeamento, o foco das pesquisas é voltado ao desempenho econômico-financeiro, ao reconhecimento e à contabilização. A categoria predominante foi a de goodwill, e os trabalhos convergem para o atendimento aos usuários externos. (ROVER; REINA; ENSSLIN, 2008, p. 1).

Em relação ao mapeamento das pesquisas, destacaram Rover, Reina e Ensslin (2008):

[...] foi possível identificar 12 definições constitutivas de CI/AI elaboradas pelos autores dos artigos; o principal foco das pesquisas é a influência do CI no desempenho econômico-financeiro da empresa, o modelo mais utilizado pelos estudos é o de Edvinsson e Malone (1997/1998); as categorias com maior evidência é a de “goodwill” e a de “capital humano, estrutural e de clientes” e pesquisas voltadas para atendimento ao usuário externo. Nesse sentido, observam-se ainda dificuldades na definição de CI, motivo que deve influenciar o emprego de categorias já que as mais relevantes foram “goodwill” e “capital humano, estrutural e de clientes”, ou seja, existe aí uma confusão na linha divisória entre contabilidade com foco na vertente financeira e na vertente gerencial. (ROVER; REINA; ENSSLIN, 2008, p. 20).

O estudo feito por Arruda (2009), teve como foco a identificação de elementos do capital intelectual nos Relatórios de Administração das companhias listadas no

Nível 2 de governança corporativa no ano de 2000. Os resultados mostraram que 100% das companhias divulgaram elementos do capital intelectual em seus relatórios. Embora os dados tenham exibido uma predominância qualitativa (narrativa), o autor observou uma evolução nos indícios quantitativos. (ARRUDA, 2009).

No tocante às categorias do capital intelectual, Arruda (2009, p. 78) também percebeu que “[...] os resultados comprovam que a do Capital Externo é a mais representativa quantitativamente com 16,7%, em uma amostra total de 62,5%”.

O pesquisador salientou que grande parte dos itens quantitativos não foi evidenciada, e que acredita que o motivo disso pode ser “[...] a falta de uma metodologia sistemática para mensurá-los e o subjetivismo apresentado em tal relatório, dificulta a interpretação do leitor”. (ARRUDA, 2009, p. 78).

Por fim, ele enfatizou que a presença de um contador é indispensável para que seja possível disponibilizar informações claras e com qualidade, facilitando assim, a compreensão dos usuários. (ARRUDA, 2009).

Reina, Ensslin e Borba (2009) analisaram a divulgação realizada voluntariamente do Capital Intelectual, tendo como amostra os Relatórios da Administração das 30 maiores listadas pela BOVESPA em 31/12/2006.

Os autores constataram que:

[...] 93% das empresas evidenciam elementos de CI; elementos como Processos gerenciais, Filosofia gerencial e Clientes lideram a frequência de evidenciação (90%, 73% e 70%, respectivamente). A categoria Capital Interno teve a maior representatividade, com 41%, seguida do Capital Externo, com 34%, e Capital Humano, com 25%. A companhia SABESP foi a empresa com maior número de elementos de CI divulgados (16). Quanto à forma de divulgação prevaleceu a forma narrativa. (REINA; ENSSLIN; BORBA, 2009, p. 1).

Eles também notaram que, embora o capital interno tenha sido evidenciado com maior frequência, os elementos Patentes, Direitos autorais, Relações financeiras, entre outros, não. O que não os tornam menos importantes, dado que eles podem ser utilizados de forma estratégica e talvez, para as companhias, não na percepção das empresas, não seja interessante evidenciá-los, visto que esses dados necessitam de um sigilo maior. (REINA; ENSSLIN; BORBA, 2009).

Os pesquisadores perceberam que a forma mais usada para evidenciar informações é a narrativa, o que por sua vez, “pode reforçar a ideia da dificuldade de

quantificação ou mensuração em valores dos elementos de capital intelectual”. (REINA; ENSSLIN; BORBA, 2009, p. 19).

Reina et al. (2011) tendo como amostra um conjunto de 35 empresas dos setores da Tecnologia da Informação e de Telecomunicações, avaliaram a divulgação voluntária do capital intelectual das companhias listadas na BM&FBOVESPA, no período de 2007 a 2009.

Os resultados revelaram que:

(i) 92% das empresas do setor de telecomunicações evidenciaram elementos de Capital Intelectual em 2007, no setor de tecnologia da informação em 2007 era de 78% e entre 2008 e 2009 este percentual elevou-se para 87,5%; (ii) a forma de evidenciação que prevaleceu foi a narrativa; (iii) o elemento contrato favorável manteve a maior evidenciação no ano de 2007 e em 2008 o elemento processo gerencial teve 40%; e (iv) a categoria de Capital Externo foi a que mais representou elementos entre os dois setores. (REINA et al., 2011, p. 63).

Os autores observaram um índice pequeno de divulgação, pois do total das companhias e itens de capital intelectual apresentados, apenas 4 entidades não exibiram algum tipo de elemento de capital intelectual. (REINA et al., 2011).

Moura, Fank e Rausch (2014) verificaram quais elementos constituem os ativos intangíveis divulgados no balanço patrimonial, nos anos de 2007 até 2009, das empresas do ramo de telefonia fixa que participavam dos segmentos Nível 1, Nível 2, Novo Mercado e Mercado Tradicional da BM&FBOVESPA.

Os dados obtidos revelaram que:

[...] as empresas apresentaram uma estrutura intangível interna composta por patentes, recursos de infraestrutura e sistemas de informação; e uma estrutura externa composta por marcas, carteira de clientes, contratos de concessão e ágil sobre investimentos. Pela análise da eficiência por meio do DEA observou-se evolução na combinação de investimentos, imobilizados, diferidos, relacionados com seus intangíveis no decorrer dos anos analisados. (MOURA; FANK; RAUSCH, 2014, p. 4).

Os resultados demonstraram que, das 12 companhias analisadas, 11 (91,6%) delas apresentaram os ativos intangíveis em seus balanços patrimoniais, nos anos de 2007 e 2008. Em 2009, ocorreu o crescimento desse índice, período no qual as 12 empresas exibiram ativos intangíveis. (MOURA; FANK; RAUSCH, 2014).

Para os autores, essas mudanças significativas na evidenciação de dados relacionados referentes aos ativos intangíveis proporcionam “[...] bases mais

confiáveis para a tomada de decisões pelos usuários”. (MOURA; FANK; RAUSCH, 2014, p. 17).

A pesquisa realizada por Lima e Antunes (2012) fundamentou-se em investigar o entendimento que os gestores da Sanofi Aventis Brasil possuem a respeito do capital intelectual e dos fatores relevantes para que seja feito o seu gerenciamento sob a ótica da visão baseada em recursos (VBR).

Os resultados indicaram que o aspecto de maior relevância para que seja feita a gestão do capital intelectual é o gerenciamento dos processos, através do uso de indicadores. Entretanto, os autores observaram que embora os gestores compreendam que gerenciar o capital intelectual é importante, os mesmos não dispõem de ferramentas que contribuam nesse processo. (LIMA; ANTUNES, 2012).

Referente aos fatores e à gestão do Capital Intelectual sob a ótica da visão baseada em recursos (VBR), Lima e Antunes (2012) também concluíram que:

O processo de adaptação às características do mercado local gera um capital intelectual que diferencia a empresa dos seus concorrentes; Os gestores tomam decisões no seu dia a dia sobre as práticas de gestão do capital intelectual intuitivamente; O conhecimento na indústria farmacêutica apresenta-se como uma das principais ferramentas competitivas e o capital humano é onde se iniciam todas as inovações; O trabalho mental agrega valor, produz riquezas, cria ativos intangíveis. Cabe às empresas buscarem sistematizar seus intelectos a fim de produzir novos conhecimentos e criar oportunidades neste mercado competitivo e globalizado. (LIMA; ANTUNES, 2012, p. 36-37).

Lima e Antunes (2012) identificaram que os diretores possuem uma compreensão quanto ao conceito de capital intelectual e, que a maioria deles, o associaram ao elemento humano.

O trabalho realizado por Cruz e Alves (2013) analisou as práticas de divulgação de informações sobre capital intelectual em uma amostra composta por catorze empresas, pertencentes aos setores da banca comercial, tecnológico e das telecomunicações, com títulos negociados na bolsa de Lisboa em 2009.

Eles observaram que “o capital relacional foi a categoria com maior número de divulgações de informação sobre capital intelectual, seguida do capital estrutural, sendo o capital humano a categoria com o menor número de divulgações [...]”. (CRUZ; ALVES, 2013, p. 186).

Os autores comentaram que do modo de se gerenciar o capital intelectual podem advir vantagens competitivas. “A partir do momento em que as economias

tradicionais se tornaram economias baseadas no capital intelectual, surgiram novos ativos sem expressão no valor contabilístico de uma organização”. (CRUZ; ALVES, 2013, p. 188). Por fim, Cruz e Alves (2013) também constataram ser necessário o desenvolvimento de um modelo comum de divulgação de dados referentes ao capital intelectual, a fim de que seja possível realizar comparações.

Silva, Rodrigues e Muñoz (2014, p. 32), tendo como base os “[...] relatórios anuais e nas páginas Web dos bancos que desenvolveram a sua atividade em Portugal, no período de 2010 e 2011”, avaliaram os determinantes da evidenciação de dados relativos ao capital intelectual.

Os resultados demonstraram que:

[...] as dimensões organização e conselho de administração são considerados os determinantes da divulgação de informação sobre o capital intelectual, tanto nos relatórios anuais como nas Webpages. As variáveis econômico-financeiras de rentabilidade, de eficiência e de solvabilidade não se apresentaram, na análise multivariada, como fatores que determinam a divulgação de informação sobre o capital intelectual pelos bancos em Portugal. Saliente-se, no entanto, que numa análise univariada, a solvabilidade apresenta um nível de associação estatisticamente significativo com a divulgação de informação, revelando que os bancos com menor solvabilidade divulgam mais informação sobre o seu capital intelectual. (SILVA; RODRIGUES; MUÑOZ, 2014, p. 32).

Os autores perceberam que, “[...] a variável independente dimensão bancária, determina que serão os maiores bancos a divulgar mais informações sobre o capital intelectual nos relatórios anuais e nas páginas Web”. (SILVA; RODRIGUES; MUÑOZ, 2014, p. 45).

Manganeli, Tinoco e Ott (2016) analisaram a evidenciação voluntária de dados relacionados ao capital intelectual publicados nos relatórios da administração, de empresas listadas na BM&FBOVESPA, correspondentes aos anos de 2006, 2009 e 2012.

Os resultados revelaram:

[...] maior quantidade evidenciada nos relatórios das companhias do segmento de listagem Novo Mercado, seguindo-se do Nível 1, do Mercado Tradicional e do Nível 2. Embora as companhias do Mercado Tradicional não estejam sujeitas a regras mais rígidas de transparência, demonstraram mais que as companhias do Nível 2. As categorias que apresentaram maior frequência de sentenças divulgadas foram capital relacional do negócio e capital humano, e as subcategorias com maior quantidade de sentenças evidenciadas abrangeram a linha estratégica básica e a abertura de novos mercados. (MANGANELI; TINOCO; OTT, 2016, p. 53).

Os autores notaram que ocorreu o “[...] incremento na quantidade de sentenças divulgadas nos relatórios das companhias do ano de 2006 para os anos de 2009 e de 2012”. (MANGANELI; TINOCO; OTT, 2016, p. 65). Salientaram também que devido a quantidade de informações, nesses dois últimos anos, ter sido praticamente a mesma, este fato suscita questionar o que ocorreu para que as organizações tivessem desacelerado na evidenciação de elementos acerca do tema. (MANGANELI; TINOCO; OTT, 2016).

Góis, Luca e Junior (2016) investigaram, nos anos de 2010 a 2013, os fatores determinantes do *disclosure* do capital humano em 56 empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa.

Os resultados apontaram que:

[...] a rentabilidade e a eficiência do capital humano estão relacionadas positivamente ao *disclosure* do capital humano. Já o grau de intangibilidade apresentou relação inversa com o *disclosure* do capital humano, enquanto o tamanho, a concentração acionária e o endividamento não apresentaram relação significativa. (GÓIS, LUCA; JUNIOR, 2016, p. 202).

Embora as companhias preocupem-se em evidenciar o capital humano nos seus relatórios, os pesquisadores sugeriram que, devido à falta de mensuração e reconhecimento por parte da contabilidade, cabe aos gestores desenvolverem meios para evidenciar “[...] a importância dos colaboradores, assim como implementar políticas de investimento na criação e retenção de talentos, pois esse recurso favorece a vantagem competitiva, de acordo com os preceitos da VBR”. (GÓIS; LUCA; JUNIOR, 2016, p. 202).

Macedo et al. (2015, p. 18) estudaram “[...] as relações entre atributos internos de governança corporativa e a evidenciação voluntária do capital intelectual”, de 114 empresas do segmento Novo Mercado da BM&FBovespa, tendo como base os Relatórios da Administração e Financeiros referentes ao exercício social de 2012.

Dentre o total de variáveis testadas pelos pesquisadores, somente cinco foram consideradas no modelo: “[...] concentração de propriedade, tamanho do comitê de auditoria, tamanho do conselho de administração, participação institucional e proporção de membros independentes no conselho”. (MACEDO et al., 2015, p. 19).

A partir dos dados obtidos, Macedo et al. (2015) compreenderam que:

A concentração de propriedade e o tamanho do comitê de auditoria apresentaram resultados significativos em todas as técnicas de análise utilizadas, sendo a concentração de propriedade a variável com maior poder de explicação sobre a evidenciação voluntária do capital intelectual. Já em relação ao tamanho do comitê de auditoria, a relação é direta e o nível de evidenciação aumenta com o aumento do tamanho do comitê. Estes resultados apresentam coerência, pois sinalizam para o mercado a ausência da influência de determinados grupos de acionistas sobre as ações da gestão. (MACEDO et al., 2015, p. 19).

A pesquisa elaborada por Almeida e Jordão (2017, p. 104) examinou “[...] os efeitos do capital intelectual (CI) sobre a lucratividade das empresas brasileiras” listadas na BM&FBovespa, entre os anos de 2010 a 2014.

Os resultados mostraram aos autores que:

(i) o CI influencia positivamente na lucratividade dessas empresas, medida por diferentes métricas; (ii) as empresas listadas na BM&FBovespa, mais intensivas em CI, apresentam lucratividade superior às demais; (iii) o CI colabora para a lucratividade, de forma sistemática, ao longo do tempo; e (iv) os setores apresentam índices de CI e lucratividade diferentes entre si, havendo uma tendência de que as empresas e os setores mais intangível-intensivos apresentem desempenho financeiro superior aos demais. (ALMEIDA; JORDÃO, 2017, p. 121).

Acrescentaram os autores que o conhecimento materializado no capital intelectual transformou-se no “[...] principal mecanismo responsável pelo desenvolvimento de diferenciais competitivos e pela perspectiva de resultados futuros superiores”. (ALMEIDA, JORDÃO, 2017, p. 120).

A respeito dos principais desafios contábeis e organizacionais contemporâneos, alertam Almeida e Jordão (2017):

[...] consiste em encontrar meios para criar, desenvolver, manter, compartilhar, avaliar, mensurar e gerenciar o capital intelectual, visto que ele, muitas vezes, é considerado um ativo oculto (intangível) que não aparece nas demonstrações contábeis das empresas. Acentua-se que ainda não se tem uma dimensão exata do valor desse ativo, nem das melhores ferramentas para avaliação e mensuração do mesmo. As dificuldades em valorar o CI e seus efeitos sobre os resultados organizacionais é uma questão que ganha expressividade em uma economia baseada no conhecimento, em que, cada vez mais, as empresas têm no CI seu principal componente patrimonial, usando-o na tentativa de sobreviver, crescer e se desenvolver. Além disso, a mensuração do CI, como instrumento de alinhamento dos propósitos informativos das DC como fonte de informação ao mercado, permite minimizar os impactos da variação entre o valor de mercado e o valor contábil das companhias. (ALMEIDA; JORDÃO, 2017, p. 120).

Rêgo et al. (2018, p. 1) examinaram a “[...] relação entre a evidenciação de itens de capital intelectual e a rentabilidade dos ativos (ROA) das ‘Melhores empresas para você trabalhar’ listadas no Guia 2012 da Você S/A”.

A partir das informações obtidas, os pesquisadores observaram que 61,5% dos elementos do capital intelectual foram evidenciados no Relatório de Administração, sendo constatado que a divulgação contribuiu estatisticamente ($p\text{-value} = 0,0784$) com o crescimento do índice de rentabilidade dos ativos, indicando assim que, “[...] quanto maior o número de itens sobre o capital intelectual evidenciados, maior será o ROA”. (RÊGO et al., 2018, p. 1).

Referente ao índice de evidenciação nos relatórios empresariais, Rêgo et al. (2018) perceberam que o Relatório da administração (61,48%) foi o instrumento mais usado para retratar informações sobre capital intelectual. Eles também notaram que nas demonstrações contábeis obrigatórias, foi pequena a divulgação de itens sobre o capital intelectual, a saber: BP e DRE (8,97%), e em NE (29,55%). Ao analisarem o ROA e o conteúdo das demonstrações contábeis (ativo total e lucro líquido), eles verificaram que a média do retorno sobre os ativos é de 7,44. (RÊGO et al., 2018).

Santos et al. (2021) verificaram, em um conjunto de 32 companhias não financeiras, que fazem parte do Índice Brasil 50 (IBrX 50), os aspectos que determinam a divulgação do Capital Intelectual (CI), nos anos de 2016 a 2018.

Os resultados evidenciaram uma preocupação média, por parte das empresas, em divulgar informações relacionadas ao capital intelectual e que dentre as categorias de capital intelectual, a mais divulgada pelas empresas, na média, foi o capital estrutural, com aproximadamente 61%. (SANTOS et al., 2021).

Os pesquisadores também constataram que:

[...] a ausência de um nível elevado de divulgação pode estar associada a um conflito de mensuração e do respaldo nas normas contábeis a respeito da conceituação de ativos. E, fatores como endividamento, governança e setores de atuação influenciam na divulgação voluntária das informações relacionadas ao CI das empresas. [...] divulgar informações sobre o CI torna-se essencial, não só diminuindo a assimetria de informações e o custo de capital, mas também permitindo que os stakeholders avaliem melhor a capacidade empresarial de criação de valor. (SANTOS et al., 2021, p. 1-2).

Observaram Santos et al. (2021) que as empresas com maior nível de endividamento tendem a se preocuparem, quanto à evidenciação de itens

intangíveis, como o capital intelectual, a fim de manterem-se competitivas no mercado. No Quadro 10, é apresentado um resumo dos estudos anteriores sobre o tema.

Quadro 10 - Resumo dos estudos anteriores sobre o tema

Autor(es)/Ano	Objetivo do Estudo	Conclusão
Antunes e Martins (2007)	Neste artigo buscou-se estudar as relações existentes entre o entendimento do conceito de Capital Intelectual, por parte dos gestores, e o desempenho das empresas, de forma a verificar a adequação das medidas de desempenho atualmente existentes para captar os efeitos dos investimentos nos elementos que compõem o Capital Intelectual. A pesquisa, do tipo exploratória e descritiva, está baseada numa amostra composta por 30 empresas dos ramos da indústria, comércio e serviços. (ANTUNES; MARTINS, 2007, p. 5).	Concluiu-se que os gestores possuem o entendimento do conceito de CI semelhante ao conceito exposto na literatura, realizam investimentos nos elementos que identificam o CI e que o entendimento do conceito influenciou indiretamente o desempenho das empresas por meio das ações de investimentos realizados no elemento humano. Identificou-se uma lacuna a ser preenchida pela Contabilidade Gerencial a fim de prover as informações necessárias para a gestão dos retornos dos investimentos realizados nos elementos do Capital Intelectual, pois os gestores entrevistados estão dispostos a implementar um modelo de avaliação dos retornos obtidos pelos investimentos em Capital Intelectual, ou simplesmente Ativo(s) Intelectual(is). (ANTUNES; MARTINS, 2007, p. 5).
Rover, Reina e Ensslin (2008)	[...] este artigo tem por objetivo apresentar um mapeamento da pesquisa na área de CI no contexto brasileiro, no período de 1994 a 2007. A amostra da pesquisa consiste de 45 artigos científicos relacionados ao CI, publicados em periódicos nacionais classificados pela CAPES como A, B e C e em eventos nacionais A, da área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo. (ROVER, REINA E ENSSLIN, 2008, p. 1).	Como principais resultados, pode-se destacar: no estudo bibliométrico, 49% dos trabalhos são exploratórios, 69% são estudos práticos, e os setores de telecomunicações e tecnologia são os mais investigados nos estudos; no mapeamento, o foco das pesquisas é voltado ao desempenho econômico-financeiro, ao reconhecimento e à contabilização. A categoria predominante foi a de goodwill, e os trabalhos convergem para o atendimento aos usuários externos. Conclui-se que, entre os diversos trabalhos da área de CI, há um desalinhamento das definições constitutivas encontradas nesta pesquisa, em relação aos conceitos apresentados no referencial teórico. (ROVER, REINA E ENSSLIN, 2008, p. 1).
Arruda (2009)	Este trabalho tem como objetivo identificar a existência dos elementos do capital intelectual nos Relatórios de Administração das companhias listadas no Nível 2 de governança corporativa, cuja evidenciação teve início no ano de 2000. (ARRUDA, 2009, p. 69).	Observou-se que estas empresas não só têm evidenciado elementos do capital intelectual, como também estão se esforçando para ampliá-los de forma quantitativa – não financeira e financeira. (ARRUDA, 2009, p. 69).
Reina, Ensslin e Borba (2009)	Esta pesquisa relata os resultados de um estudo sobre evidenciação voluntária dos elementos de Capital Intelectual (CI) nos Relatórios da Administração (RAs)	Observou-se os seguintes resultados: 93% das empresas evidenciam elementos de CI; elementos como Processos gerenciais, Filosofia gerencial e Clientes lideram a frequência de evidenciação (90%, 73% e 70%,

	das 30 maiores companhias abertas (capital social), classificadas no Novo Mercado, listadas pela BOVESPA em 31/12/2006 por meio da técnica de análise de conteúdo. (REINA; ENSSLIN; BORBA, 2009, p. 1).	respectivamente). A categoria Capital Interno teve a maior representatividade, com 41%, seguida do Capital Externo, com 34%, e Capital Humano, com 25%. A companhia SABESP foi à empresa com maior número de elementos de CI divulgados (16). Quanto à forma de divulgação prevaleceu a forma narrativa. (REINA; ENSSLIN; BORBA, 2009, p. 1).
Reina et al. (2011)	[...] este trabalho busca analisar a evidenciação voluntária do Capital Intelectual em empresas listadas na BM&FBOVESPA. (REINA et al., 2011, p. 63).	Como principais resultados obteve-se: (i) 92% das empresas do setor de telecomunicações evidenciaram elementos de Capital Intelectual em 2007, no setor de tecnologia da informação em 2007 era de 78% e entre 2008 e 2009 este percentual elevou-se para 87,5%; (ii) a forma de evidenciação que prevaleceu foi a narrativa; (iii) o elemento contrato favorável manteve a maior evidenciação no ano de 2007 e em 2008 o elemento processo gerencial teve 40%; e (iv) a categoria de Capital Externo foi a que mais representou elementos entre os dois setores. (REINA et al., 2011, p. 63).
Moura; Fank e Rausch (2014)	O estudo teve como objetivo principal investigar quais itens compunham os ativos intangíveis mensurados monetariamente no balanço patrimonial das companhias de telefonia fixa constantes na BM&FBOVESPA com base na análise de conteúdo dos relatórios da administração e notas explicativas referentes ao período de 2007 a 2009. (MOURA; FANK; RAUSCH, 2014, p. 13).	No que tange à quantidade de empresas que evidenciaram os ativos intangíveis em seus balanços patrimoniais, verificou-se que, no ano de 2007 e 2008, das 12 empresas analisadas, 11 (91,67%) delas apresentaram esta informação. No ano de 2009, o número de empresas que apresentaram ativos intangíveis elevou-se para 12 empresas, ou seja, 100% XVII Congresso Brasileiro de Custos – Belo Horizonte - MG, Brasil, 3 a 5 de novembro de 2010 delas. Vale lembrar que, em 2006, passou a vigorar a deliberação da CVM que reestruturou o balanço patrimonial, com o subgrupo ativo intangível compondo o ativo permanente. (MOURA; FANK; RAUSCH, 2014, p. 13).
Lima e Antunes (2012)	[...] este estudo buscou investigar qual é a percepção dos gestores da Sanofi Aventis Brasil sobre o conceito de capital intelectual e dos fatores que são relevantes para se realizar a sua gestão sob a ótica da visão baseada em recursos (VBR) alinhada ao seu ambiente econômico, qual seja o de uma indústria farmacêutica. (LIMA; ANTUNES, 2012, p. 23).	As análises realizadas dentro do contexto da Sanofi Aventis permitiram verificar que o fator mais relevante para a gestão do capital intelectual na empresa é o gerenciamento dos processos, no sentido de controlar os investimentos e avaliar o seu retorno, por meio da utilização de indicadores. Todavia, dado o contexto analisado, pode-se inferir que muito embora os gestores da Sanofi Aventis percebam a importância da gestão do capital intelectual, os mesmos não possuem ferramentas que lhes auxiliem nesse processo, visto que a área de controladoria da empresa ainda não desenvolveu indicadores de avaliação do capital intelectual. Por esse motivo as decisões relacionadas à gestão do capital intelectual na Sanofi Aventis ainda são realizadas de maneira intuitiva. (LIMA; ANTUNES, 2012, p. 23).

Cruz e Alves (2013)	Analisar as práticas e determinantes da divulgação de informação sobre capital intelectual por parte das organizações de catorze empresas dos setores da banca comercial, tecnológico e das telecomunicações. (CRUZ; ALVES, 2013, p. 174).	Verificou-se a existência de relação estatisticamente significativa entre a dimensão da organização e o capital humano e o capital relacional e, também, entre o coeficiente de endividamento e o nível de divulgação de informação sobre o capital estrutural. Acentuou-se a diferença entre o valor contábil e o valor de mercado da organização. Evidenciou-se a necessidade de criar um modelo comum de divulgação de informação sobre o capital intelectual para que a informação seja comparável. (CRUZ; ALVES, 2013, p. 188).
Silva, Rodrigues e Muñoz (2014)	O objetivo do presente estudo consiste em analisar os determinantes da divulgação de informação sobre o capital intelectual nos bancos que desenvolveram a sua atividade em Portugal, em 2010 e 2011. (SILVA; RODRIGUES; MUÑOZ, 2014, p. 32).	Os resultados revelaram que as dimensões organização e conselho de administração são considerados os determinantes da divulgação de informação sobre o capital intelectual, tanto nos relatórios anuais como nas Webpages. As variáveis econômico-financeiras de rentabilidade, de eficiência e de solvabilidade não se apresentaram, na análise multivariada, como fatores que determinam a divulgação de informação sobre o capital intelectual pelos bancos em Portugal. Saliente-se, no entanto, que numa análise univariada, a solvabilidade apresenta um nível de associação estatisticamente significativo com a divulgação de informação, revelando que os bancos com menor solvabilidade divulgam mais informação sobre o seu capital intelectual. (SILVA; RODRIGUES; MUÑOZ, 2014, p. 32).
Manganeli, Tinoco e Ott (2016)	[...] este estudo tenciona analisar o conteúdo da evidência de informações voluntárias sobre capital intelectual publicadas em relatórios da administração de companhias listadas nos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA e de empresas do Mercado Tradicional, correspondentes aos anos de 2006, 2009 e 2012. (MANGANELI; TINOCO; OTT, 2016, p. 53).	Os dados obtidos revelaram maior quantidade evidenciada nos relatórios das companhias do segmento de listagem Novo Mercado, seguindo-se do Nível 1, do Mercado Tradicional e do Nível 2. Embora as companhias do Mercado Tradicional não estejam sujeitas a regras mais rígidas de transparência, demonstraram mais que as companhias do Nível 2. As categorias que apresentaram maior frequência de sentenças divulgadas foram capital relacional do negócio e capital humano, e as subcategorias com maior quantidade de sentenças evidenciadas abrangeram a linha estratégica básica e a abertura de novos mercados. (MANGANELI; TINOCO; OTT, 2016, p. 53).
Góis, Luca e Junior (2016)	[...] neste estudo investigaram-se os fatores determinantes do <i>disclosure</i> do capital humano pelas empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa. Para tanto, foram analisados o relatório anual e/ou de sustentabilidade, a Demonstração do Valor Adicionado e dados da base Económica® de 56 empresas, referentes ao período de 2010 a	Os resultados obtidos possibilitaram constatar que a rentabilidade e a eficiência do capital humano estão relacionadas positivamente ao <i>disclosure</i> do capital humano. Já o grau de intangibilidade apresentou relação inversa com o <i>disclosure</i> do capital humano, enquanto o tamanho, a concentração acionária e o endividamento não apresentaram relação significativa. Conclui-se que, no geral, as empresas da amostra se preocupam em garantir a evidência do recurso estratégico

	2013. (GÓIS, LUCA; JUNIOR, 2016, p. 202).	capital humano em seus relatórios, apesar de ele não ser mensurado e reconhecido pela contabilidade. Cabe à gestão desenvolver estratégias que evidenciem a importância dos colaboradores, assim como implementar políticas de investimento na criação e retenção de talentos, pois esse recurso favorece a vantagem competitiva, de acordo com os preceitos da Visão Baseada em Recursos. (GÓIS, LUCA; JUNIOR, 2016, p. 202).
Macedo et al. (2015)	Este estudo teve como objetivo analisar as relações entre atributos internos de governança corporativa e a evidenciação voluntária do capital intelectual. (MACEDO et al., 2015, p. 18).	Os resultados apontam que, entre as oito variáveis testadas, apenas cinco foram inseridas no modelo: concentração de propriedade, tamanho do comitê de auditoria, tamanho do conselho de administração, participação institucional e proporção de membros independentes no conselho. A concentração de propriedade e o tamanho do comitê de auditoria apresentaram resultados significativos em todas as técnicas de análise utilizadas, sendo a concentração de propriedade a variável com maior poder de explicação sobre a evidenciação voluntária do capital intelectual. Já em relação ao tamanho do comitê de auditoria, a relação é direta e o nível de evidenciação aumenta com o aumento do tamanho do comitê. Estes resultados apresentam coerência, pois sinalizam para o mercado a ausência da influência de determinados grupos de acionistas sobre as ações da gestão. (MACEDO et al., 2015, p. 19).
Rêgo et al. (2018)	A perspectiva de que os recursos intangíveis influenciam a criação de valor motivou este estudo sobre a relação entre a evidenciação de itens de capital intelectual e a rentabilidade dos ativos (ROA) das “Melhores empresas para você trabalhar” listadas no Guia 2012 da Você S/A. (RÊGO et al., 2018, p. 1).	Constatou-se que 61,5% dos itens de capital intelectual são evidenciados no Relatório de Administração. A evidenciação do capital intelectual contribui estatisticamente (p-value= 0,0784) para o aumento do índice de rentabilidade dos ativos, explicando 2,23%. Isso indica que, quanto maior o número de itens sobre o capital intelectual evidenciados, maior será o ROA. As empresas do setor de energia elétrica detêm um poder explicativo de 8,1% na relação entre evidenciação de capital intelectual e ROA, enquanto o grupo com as demais empresas aponta uma relação inversa no poder explicativo das variáveis. (RÊGO et al., 2018, p. 1).
Almeida e Jordão (2017)	Analisar a influência do capital intelectual (CI) sobre a rentabilidade das empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa, com base em dados secundários, em um recorte multi-setorial, durante o período de 2005 a 2014.	O capital intelectual influencia positivamente na rentabilidade dessas companhias; as empresas de capital aberto, listadas na BM&FBovespa, mais intensivas em capital intelectual, apresentam rentabilidade superior às demais, seja de forma individual, global ou de maneira setorial; e que o capital intelectual colabora para o aumento da rentabilidade corporativa, de forma sistemática, ao longo do tempo.

Santos et al. (2021)	[...] a presente pesquisa tem o objetivo de verificar os fatores determinantes na divulgação do Capital Intelectual (CI) de empresas brasileiras. Para tanto, conta com uma amostra de 32 empresas, não financeiras, que fazem parte do Índice Brasil 50 (IBrX 50) da Brasil, Bolsa, Balcão – B3, no período de 2016 a 2018. (SANTOS et al., 2021, p. 107).	Os resultados do estudo demonstraram que as empresas têm uma preocupação média na divulgação de informações sobre o CI. Constatou-se, ainda, que a ausência de um nível elevado de divulgação pode estar associada a um conflito de mensuração e do respaldo nas normas contábeis a respeito da conceituação de ativos. E, fatores como endividamento, governança e setores de atuação influenciam na divulgação voluntária das informações relacionadas ao CI das empresas. Conclui-se, portanto, que divulgar informações sobre o CI torna-se essencial, não só diminuindo a assimetria de informações e o custo de capital, mas também permitindo que os stakeholders avaliem melhor a capacidade empresarial de criação de valor. (SANTOS et al., 2021, p. 107-108).
----------------------	---	--

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Na maioria dos trabalhos relacionados no Quadro 10, os autores estudaram a evidenciação de informações sobre o capital intelectual. Além disso, Almeida e Jordão (2017) analisaram a sua influência sobre a rentabilidade das empresas, enquanto Rêgo et al. (2018) pesquisaram a rentabilidade dos ativos.

Consta também um mapeamento da pesquisa na área de Capital Intelectual no contexto brasileiro realizado por Rover, Reina e Ensslin. (2008). Já, Antunes e Martins (2007) e Lima e Antunes (2012) se propuseram a investigar as percepções dos gestores a respeito do capital intelectual.

3 METODOLOGIA

Gil (1999, apud BACKES, 2005, p. 117), “método é o caminho para se chegar ao fim”. Na percepção de Silva e Menezes (2001, p. 9), “o sucesso de uma pesquisa também dependerá do procedimento seguido, do seu envolvimento com a pesquisa e de sua habilidade em escolher o caminho para atingir os objetivos da pesquisa”.

Desta maneira, neste capítulo apresenta-se a classificação da pesquisa, a população e amostra do estudo, os procedimentos de coleta, o tratamento e análise dos dados e as limitações do método.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Com relação à definição de pesquisa, compreendem Silva e Menezes (2001, p. 20) que ela é “um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema, que têm por base procedimentos racionais e sistemáticos”. As autoras indicam que uma pesquisa pode ser classificada do ponto de vista da sua natureza, da forma de abordagem do problema, dos seus objetivos e dos procedimentos técnicos.

Quanto à sua natureza, uma pesquisa pode ser classificada como básica ou aplicada (SILVA; MENEZES, 2001). Quanto à pesquisa aplicada, Silva e Menezes (2001, p. 20) explicam que “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”. Ott (2012) corrobora afirmando que esse tipo de pesquisa visa à aplicação imediata em determinada realidade circunstancial.

À vista disso, a presente pesquisa, a respeito de sua natureza, classifica-se como aplicada, em virtude de sua proposta de gerar esclarecimentos sobre a evidenciação do capital intelectual nos Relatórios de Sustentabilidade, Relatórios Anuais e Relato Integrado publicados pelas maiores empresas listadas na B3 e também por demonstrar uma comparação do desempenho econômico das companhias referente à quantidade de elementos divulgados.

Do ponto de vista da forma de abordagem do problema, Silva e Menezes (2001) explicam que uma pesquisa pode ser classificada como qualitativa ou quantitativa.

Segundo as autoras, a pesquisa quantitativa é aquela que:

[...] considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.). (SILVA; MENEZES, 2001, p. 20).

Assim, essa pesquisa enquadra-se como quantitativa, já que está fundamentada nos Relatórios de Sustentabilidade, Relatórios Anuais e Relato Integrado das maiores empresas listadas na B3, dos quais foram extraídas, calculadas e analisadas as informações sobre o capital intelectual. Os dados desse estudo passaram pelo processo de quantificação visando à obtenção das respostas para o problema proposto.

Já quanto aos objetivos Silva e Menezes (2001) indicam que uma pesquisa pode ser classificada como: exploratória, descritiva ou explicativa.

No que tange o objetivo da pesquisa descritiva, Silva e Menezes (2001) mencionam Gil (1991) e explicam que esse tipo de estudo:

[...] visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento. (SILVA; MENEZES, 2001, p. 21).

Assim sendo, este trabalho apresenta uma pesquisa descritiva, visto que através das informações calculadas nos Relatórios de Sustentabilidade, Relatórios Anuais, Relato Integrado se obteve os resultados para estruturar a análise do capital intelectual pelas empresas listadas na B3 e comparou-se como foi realizada a sua evidenciação nos anos de 2018 a 2020.

Por fim, quanto aos procedimentos técnicos, uma pesquisa pode ser classificada como bibliográfica, documental, experimental, levantamento, estudo de caso, pesquisa *expost-facto*, pesquisa-ação ou pesquisa participante (GIL, 1991 apud SILVA; MENEZES, 2001).

No que concerne à pesquisa documental, elucida Ott (2012, p. 42) que é aquela “elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico, ou que podem ainda ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Logo, em se tratando do procedimento técnico, essa pesquisa caracteriza-se como documental, uma vez que, na coleta de dados, foram utilizados os Relatórios

de Sustentabilidade, Relatórios Anuais e Relato Integrado e dos anos de 2018 até 2020, das empresas estudadas.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

De acordo com Silva e Menezes (2001), os conceitos de população e amostra são:

População (ou universo da pesquisa) é a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo. Amostra é parte da população ou do universo, selecionada de acordo com uma regra ou plano. A amostra pode ser probabilística e não-probabilística. (SILVA; MENEZES, 2001, p. 32).

Além disso, é importante mencionar que amostra não probabilística é aquela na qual a seleção dos dados é feita com base no critério de acessibilidade ou tipicidade, quando são escolhidos itens considerados pelo pesquisador como representativos da população-alvo. (OTT, 2012).

Assim, a população deste estudo é formada pelas companhias de capital aberto listadas na B3 e que divulgaram Relatórios de Sustentabilidade, Relatórios Anuais e Relato Integrado no período pesquisado (2018 a 2020).

Tendo em vista essa população, para a presente pesquisa foram selecionadas inicialmente as 5 maiores empresas listadas na B3 pelo critério de valor do capital social, nos períodos de 2018 a 2020. Contudo, devido não ter sido possível localizar os Relatórios da companhia Diagnósticos da América S.A. para consulta, dos anos de 2018 e 2019, a empresa foi substituída pela seguinte da lista, a SABESP. No Quadro 11, é exibida a amostra da presente pesquisa bem como os relatórios divulgados nos anos de 2018, 2019 e 2020 dos quais foram extraídas as informações sobre o Capital Intelectual.

Quadro 11 - Amostra da pesquisa

Nº	Empresas	Capital Social (conforme B3)	Relatórios
1	Banco do Brasil S.A.	R\$ 90.000.000.000,00	Relatório Anual
2	Vale S.A.	R\$ 77.300.000.000,00	Relatório de Sustentabilidade e Relato Integrado
3	JBS S.A.	R\$ 23.631.071.304,24	Relatório Anual e de Sustentabilidade

4	Cia Saneamento Básico Est São Paulo	R\$ 15.000.000.000,00	Relatório de Sustentabilidade
5	Americanas S.A.	R\$ 14.917.287.543,38	Relatório Anual

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

A amostra desta pesquisa é identificada como não probabilística e definida por acessibilidade, pois na seleção das empresas e seus respectivos documentos contábeis, utilizou-se como critério o valor do capital social, bem como a disponibilidade dos relatórios.

3.3 COLETA, TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Em se tratando da coleta e tratamento dos dados, Ott (2012) menciona Vergara (1997) afirmando que: “deve-se informar como os dados necessários para a resolução do problema serão obtidos (no caso de elaboração do projeto) ou foram obtidos (no caso de elaboração do TCC) e de que forma serão ou foram tratados”. (VERGARA, 1997, apud OTT, 2012, p. 45).

Dentro desse contexto, a coleta de dados teve como base o *download* dos Relatórios de Sustentabilidade, Relatórios Anuais, Relato Integrado e Demonstrações de Resultado das empresas listadas no site da B3 e das próprias companhias que formam a amostra desse estudo, relativos aos exercícios encerrados nos anos de 2018, 2019 e 2020.

Depois de reunidos os relatórios, buscou-se identificar neles as sentenças que descreviam elementos do capital intelectual considerando a classificação proposta por Edvinsson e Malone (1998, p. 31): capital humano, capital estrutural e capital de clientes (relacional); e também as subcategorias extraídas da pesquisa desenvolvida por Backes (2005), conforme se expõe no Quadro 12:

Quadro 12 - Subcategorias de capital intelectual

1	Capital Humano	2	Capital Estrutural
1.1	Ativo/Recurso	2.1	Qualidade em Tecnologia da Informação
1.2	Incentivo a novas ideias	2.2	Investimentos em TI
1.3	Investimento em educação dos funcionários	2.3	Propriedade intelectual
1.4	Treinamento/Desenvolvimento/Capacitação	2.4	Patentes
1.5	Política de retenção de talentos	2.5	Direitos autorais
1.6	Política de captação de talentos	2.6	Qualidade dos produtos e serviços

1.7	Qualificação profissional (n° de gerentes)	2.7	Inovação/Pesquisa e Desenvolvimento
1.8	Nível de escolaridade	2.8	Marcas corporativas
1.9	<i>Turnover</i>	2.9	Marcas de produtos
1.10	Benefícios	2.10	Cultura organizacional
1.11	Clima organizacional	2.11	Práticas ambientais
		2.12	Responsabilidade social
		2.13	Governança corporativa
3	Capital de Clientes		
3.1	Carteira de clientes	3.10	Participação no mercado
3.2	Lealdade/fidelidade dos clientes	3.11	Treinamento do cliente
3.3	Captação de clientes	3.12	Inovação focada no cliente
3.4	Retenção de clientes	3.13	<i>Empowerment</i> do cliente
3.5	Satisfação do cliente	3.14	Customização
3.6	Investimentos em TI /cliente	3.15	Contratos de franquias
3.7	Suporte ao cliente	3.16	Contratos de licenças
3.8	Parcerias clientes/fornecedores	3.17	Repetitividade dos negócios
3.9	Relacionamento com o cliente/fornecedor	3.18	Imagem da empresa

Fonte: BACKES (2005, p. 128).

Para localização das sentenças realizou-se uma pesquisa por palavras-chaves em todos os relatórios. Cada uma das sentenças localizadas foi tabulada em uma planilha Excel. Os dados encontrados foram categorizados por tipos de *disclosure*, no qual se considerou a classificação estruturada por Nossa (2002 apud BACKES, 2005, p. 132):

Tipo 1 - Declarativa: quando somente a informação qualitativa é apresentada e expressa em termos puramente descritivos; Tipo 2 - Quantitativa não-monetária: quando a informação quantitativa é apresentada e expressa em números de natureza não financeira; Tipo 3 – Quantitativa monetária: quando a informação quantitativa é apresentada e expressa em números de natureza financeira; Tipo 4 – Quantitativa monetária e não-monetária: quando a informação quantitativa é apresentada e expressa em números de natureza financeira e não financeira. (NOSSA, 2002 apud BACKES, 2005, p. 132)

Antes das informações serem examinadas, ainda foi feita a contabilização por frequência encontrada de cada tipo de *disclosure*. No final, realizou-se uma comparação entre as companhias, a fim de avaliar a evolução da quantidade de elementos divulgados sobre o capital intelectual em seus relatórios e para relacionar a evidenciação do capital intelectual com o desempenho econômico (Lucro/Prejuízo) das empresas selecionadas. Também se analisou quais categorias e subcategorias foram mais e menos divulgadas, bem como os tipos de *disclosure* evidenciados.

3.4 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

Quanto às limitações, Ott (2012) comenta:

Qualquer método escolhido para a elaboração de uma pesquisa pode apresentar limitação(ões), em função, por exemplo: do tamanho da amostra e/ou tipo de amostra; dos respondentes (podem não ter sido aqueles aos quais os questionários foram dirigidos; disponibilidade de dados etc.). (OTT, 2012, p. 53).

Partindo dessa ótica, cabe citar como limitação a quantidade de empresas estudadas, o que não permite a generalização de resultados. A não localização dos relatórios necessários para desenvolver o banco de dados do presente trabalho, bem como instabilidades nos sites das companhias avaliadas.

Outra limitação refere-se aos aspectos do capital intelectual que não foram evidenciados nos Relatórios de Sustentabilidade, Relatórios Anuais e Relato Integrado, o que pode não permitir a análise das informações na sua totalidade.

Também se identifica como limitação o aspecto qualitativo das informações, o que acaba sujeitando a busca das sentenças evidenciadas pelas companhias a erros de interpretação, impactando diretamente na classificação desses dados.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Nesse capítulo são apresentados e analisados os dados obtidos através da pesquisa, levando-se em consideração as categorias e subcategorias do capital intelectual mencionadas no Quadro 12.

4.1 ANÁLISE DA EVIDENCIAÇÃO DAS CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS DO CAPITAL INTELECTUAL

Conforme já mencionado, para Stewart (1998, p. XIII), “[...] o capital intelectual constitui a matéria intelectual - conhecimento, informação, propriedade intelectual, experiência - que pode ser utilizada para gerar riqueza”.

Fundamentado no conceito do autor e na análise realizada por Backes (2005), este trabalho apresenta os resultados referentes à frequência total das categorias e subcategorias do capital intelectual, incluindo-se também o tipo de *disclosure* utilizado pelas organizações na evidenciação desses dados.

Assim sendo, nos próximos tópicos são demonstradas as informações obtidos na pesquisa, a análise individual de cada categoria de capital intelectual (humano, estrutural, de clientes) e suas subcategorias, e os tipos de *disclosure* utilizados, finalizando com a relação entre a evidenciação desses dados e o desempenho econômico das companhias elencadas para esse estudo.

4.1.1 Capital Humano

Segundo Edvinsson e Malone (1998), o capital humano é constituído por:

Toda capacidade, conhecimento, habilidade e experiência individuais dos empregados e gerentes estão incluídos no termo capital humano. Mas ele precisa ser maior do que simplesmente a soma dessas medidas, devendo, de preferência, captar igualmente a dinâmica de uma organização inteligente em um ambiente competitivo em mudança. Por exemplo, os empregados e os gerentes estão constantemente aperfeiçoando e adquirindo novas habilidades? [...] O capital humano deve também incluir a criatividade e a inovação organizacionais. Com que frequência novas ideias são geradas dentro da empresa? (EDVINSSON; MALONE, 1998, p. 31).

Referente ao capital humano, na Tabela 1 é apresentada a frequência de citações por subcategoria e por tipo de *disclosure*:

Tabela 1 - Tipo de *Disclosure* por Categoria e Subcategorias de Capital Humano

Categoria/Tipo de <i>Disclosure</i>	2018				2019				2020									
	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Totais	%	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Totais	%	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Totais	%
1.1 Ativo/Recurso	1	0	0	0	1	1,3	0	0	0	1	1	1,4	1	0	1	0	2	2,5
1.2 Incentivo a novas ideias	2	2	0	0	4	5,1	1	0	0	2	3	4,2	0	2	0	0	2	2,5
1.3 Investimento em educação dos funcionários	3	1	1	0	5	6,3	1	2	1	0	4	5,6	5	1	0	2	8	10,1
1.4 Treinamento / Desenvolvimento / Capacitação	16	9	0	0	25	31,6	17	6	0	1	24	33,8	18	7	0	1	26	32,9
1.5 Política de retenção de talentos	9	2	1	0	12	15,2	6	3	1	0	10	14,1	8	0	0	1	9	11,4
1.6 Política de captação de talentos	0	0	0	0	0	0,0	0	2	0	0	2	2,8	1	0	0	0	1	1,3
1.7 Qualificação profissional (n° de gerentes)	11	4	0	0	15	19,0	5	4	0	0	9	12,7	6	4	1	0	11	13,9
1.8 Nível de escolaridade	0	0	0	0	0	0,0	0	0	0	0	0	0,0	0	0	0	0	0	0,0
1.9 <i>Turnover</i>	0	2	0	0	2	2,5	0	1	0	0	1	1,4	0	1	0	0	1	1,3
1.10 Benefícios	5	1	3	1	10	12,7	7	2	3	1	13	18,3	7	1	2	1	11	13,9
1.11 Clima organizacional	3	2	0	0	5	6,3	2	2	0	0	4	5,6	5	3	0	0	8	10,1
Total Capital Humano	50	23	5	1	79	100	39	22	5	5	71	100	51	19	4	5	79	100
Total % Capital Humano	63,3	29,1	6,3	1,3	100		54,9	31,0	7,0	7,0	100		64,6	24,1	5,1	6,3	100	

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A pesquisa demonstrou que, dos três anos analisados, no ano de 2019 teve-se a menor divulgação de dados referentes ao capital humano, totalizando 71 sentenças, em comparação com os anos de 2018 e 2020 que corresponderam a 79 sentenças, em cada um deles.

Em relação ao total das sentenças nos três anos (229 sentenças), evidenciou-se que 140 (61,14%) foram do tipo de *disclosure* formado por informações declarativas, 64 (27,95%) por informações quantitativas não-monetárias, 14 (6,11%) por informações quantitativas monetárias e 11 (4,80%) por informações expressas em números de natureza financeira e não-financeira (monetária e não-monetária).

A subcategoria 1.4 Treinamento/Desenvolvimento/Capacitação apresentou o maior número de sentenças relativas ao capital humano, sendo o maior *disclosure* do tipo 1, em cada ano: 2018 (16), 2019 (17) e 2020 (18), coincidindo com o estudo realizado por Backes (2005).

A fim de ilustrar-se essa subcategoria, apresenta-se o que a companhia JBS S.A. exibiu em seu Relatório Anual e de Sustentabilidade do ano de 2018:

Universidade Seara: Plataforma de ensino à distância (EAD) que reúne diferentes caminhos de desenvolvimento de carreiras, abordando temas referentes a atividades da liderança, operacionais e administrativas. Está disponível para todos os colaboradores Seara. (JBS S.A., 2018, p. 88).

Enfatiza Backes (2005, p. 144) que a evidenciação dessas informações “[...] é um indicativo de que a companhia busca o aperfeiçoamento de sua força de trabalho para maximizar resultados e manter-se competitiva, mesmo que isso não esteja explícito em suas estratégias”.

Ainda sobre as subcategorias mais divulgadas, na sequência, tem-se a 1.7 Qualificação profissional (nº de gerentes) e a 1.10 Benefícios, totalizando cada uma, nos três anos, 35 e 34 sentenças, respectivamente. Sobre a Qualificação profissional (nº de gerentes), o Banco do Brasil S.A. apontou a realização dos seguintes programas no seu Relatório Anual de 2019, de *disclosure* do tipo 1:

Investimento na Formação de Líderes: Programa Liderança Feminina tem como objetivos: identificar os fatores que têm impossibilitado a ascensão feminina, disseminar a cultura de equidade de gênero e desenvolver as competências da liderança feminina. O Programa foca o desenvolvimento de competências da liderança feminina e finalizou mais uma etapa com a realização de um processo de coaching coletivo para mais de 300 gestores e gestoras de todos os níveis organizacionais em 2019; O Game Líder em Ação é destinado a mais de 26 mil funcionários em funções de gerência

média em todas as unidades do Banco. Essa ação de capacitação visa proporcionar aos participantes o reconhecimento e desenvolvimento de competências gerenciais, estimulando a vinculação das ações do cotidiano aos objetivos estratégicos da empresa e a atuação protagonista do funcionário, com foco na experiência do cliente; A Jornada do Líder, uma ação educacional destinada a 250 Gerentes Gerais de Unidades de Negócios e Unidades de Apoio com foco na melhoria da gestão e geração de resultados sustentáveis. Realizamos 10 turmas, com 7 encontros cada. (BANCO DO BRASIL S.A., 2019, p. 114).

Referente à subcategoria 1.10 Benefícios, em 2020, a empresa Americanas S.A. declarou em seu relatório anual:

Todos nossos associados são regidos pela CLT, tendo direito às práticas previstas por lei, além de um amplo conjunto de benefícios, quaisquer que sejam os cargos que ocupem no Universo Americanas, com exceção dos temporários. Dentre os benefícios estão: vale-transporte, seguro de vida, plano de saúde, assistência odontológica, vale-refeição ou alimentação em refeitórios, descontos em compras de produtos na Americanas e nos sites Americanas, Submarino e Shoptime e descontos em academias, escolas de idiomas e universidades. (AMERICANAS S.A., 2020, p. 108).

Os dados revelaram que, dos três anos considerados (2018, 2019 e 2020), a subcategoria 1.4 Treinamento/Desenvolvimento/Capacitação foi mais evidenciada pelas companhias JBS S.A. (20 sentenças) e SABESP (17 sentenças). Quanto a 1.7 Qualificação Profissional, o Banco do Brasil S.A. apresentou o maior número de sentenças, resultando em 11. Relativo à subcategoria 1.10 Benefícios, a maior contabilização de sentenças foi realizada pela SABESP, totalizando, nos três exercícios, em 12 sentenças.

Por fim, observou-se também que de todas as subcategorias elencadas do capital humano, da subcategoria 1.1 Ativo/Recurso foram feitas 3 declarações pela Vale S.A. e 1 por parte da companhia Americanas S.A. Já na subcategoria 1.9 *Turnover* ocorreu um empate de 2 sentenças evidenciadas pelas empresas JBS S.A. e o Banco do Brasil S.A., nos três anos considerados na pesquisa. E, sobre a subcategoria 1.8 Nível de Escolaridade, não foram identificadas declarações em nenhum dos relatórios analisados.

4.1.2 Capital Estrutural

Descrevem Edvinsson e Malone (1998, p. 32), o capital estrutural como:

Capital estrutural pode ser melhor descrito como o arcabouço, o *empowerment*, e a infraestrutura que apoiam o capital humano. Ele e

também a capacidade organizacional, incluindo os sistemas físicos utilizados para transmitir e armazenar conhecimento intelectual. [...] O capital estrutural inclui fatores como a qualidade e o alcance dos sistemas informatizados, a imagem da empresa, os bancos de dados exatos, os conceitos organizacionais e a documentação. (EDVINSSON; MALONE, 1998, p. 32).

Quanto ao capital estrutural, na Tabela 2 exibe-se a frequência de citações por subcategoria e por tipo de *disclosure*:

Tabela 2 - Tipo de *disclosure* por categoria e subcategorias de capital estrutural

Categoria/Tipo de <i>Disclosure</i>	2018						2019						2020					
	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Totais	%	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Totais	%	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Totais	%
2.1 Qualidade em Tecnologia da Informação	0	0	0	0	0	0,0	0	0	0	0	0	0,0	0	0	0	0	0	0,0
2.2 Investimentos em TI	2	0	1	0	3	3,3	0	2	1	0	3	3,8	2	0	1	1	4	3,5
2.3 Propriedade intelectual	0	0	0	0	0	0,0	0	0	0	0	0	0,0	2	1	0	0	3	2,7
2.4 Patentes	1	0	0	1	2	2,2	1	1	0	0	2	2,6	0	0	0	0	0	0,0
2.5 Direitos autorais	0	0	0	0	0	0,0	0	0	0	0	0	0,0	0	0	0	0	0	0,0
2.6 Qualidade dos produtos e serviços	10	0	0	1	11	12,0	8	0	0	0	8	10,3	7	0	0	0	7	6,2
2.7 Inovação/Pesquisa e Desenvolvimento	7	5	2	4	18	19,6	11	0	0	1	12	15,4	12	1	3	2	18	15,9
2.8 Marcas corporativas	1	1	0	0	2	2,2	1	0	0	0	1	1,3	9	1	0	0	10	8,8
2.9 Marcas de produtos	1	0	0	0	1	1,1	1	0	0	0	1	1,3	1	0	0	0	1	0,9
2.1 Cultura organizacional	4	1	0	1	6	6,5	4	2	0	0	6	7,7	12	4	0	0	16	14,2
2.1 Práticas ambientais	15	2	1	3	21	22,8	16	0	1	2	19	24,4	14	1	3	0	18	15,9
2.1 Responsabilidade social	12	1	0	0	13	14,1	12	1	1	0	14	17,9	13	2	0	1	16	14,2
2.1 Governança corporativa	10	3	1	1	15	16,3	12	0	0	0	12	15,4	19	1	0	0	20	17,7
Total Capital Estrutural	63	13	5	11	92	100	66	6	3	3	78	100	91	11	7	4	113	100
Total % Capital Estrutural	68,5	14,1	5,4	12,0	100		84,6	7,7	3,8	3,8	100		80,5	9,7	6,2	3,5	100	

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Os dados da pesquisa indicaram que, no ano de 2020, obteve-se o maior número de sentenças, totalizando em 113. Já em 2018, o resultado foi de 92 sentenças, ficando por último o ano de 2019, com 78.

A respeito do total das sentenças nos três anos (283 sentenças), mostrou-se que 220 (77,74%) foram do tipo de *disclosure* formado por informações declarativas, 30 (10,60%) por informações quantitativas não-monetárias, 15 (5,30%) por informações quantitativas monetárias e 18 (6,36%) por informações expressas em números de natureza financeira e não-financeira (monetária e não-monetária).

As subcategorias 2.11 Práticas Ambientais (58 sentenças), 2.7 Inovação/Pesquisa e Desenvolvimento (48 sentenças), 2.13 Governança Corporativa (47 sentenças) e 2.12 Responsabilidade Social (43 sentenças) foram as que exibiram o maior número de informações com relação ao capital estrutural. Também se identificou que neste conjunto de subcategorias o *disclosure* do tipo 1 foi o mais divulgado.

Nos três anos analisados, demonstrou-se que a subcategoria 2.7 Inovação/Pesquisa e Desenvolvimento foi mais evidenciada pelas empresas JBS S.A. e Banco do Brasil S.A. totalizando, cada uma delas, em 17 sentenças. Da subcategoria 2.11 Práticas Ambientais, a maior quantidade de sentenças foi apresentada pela VALE S.A., contabilizando 30, nos três anos.

Com relação às subcategorias 2.12 Responsabilidade Social e 2.13 Governança Corporativa, observou-se que o Banco do Brasil S.A. apresentou o maior número de informações, totalizando em 13 e 17 sentenças, respectivamente.

Sobre o *disclosure* do tipo 3, que contempla informações quantitativas monetárias, as subcategorias que mais apresentaram sentenças, nos três anos estudados, foram a 2.7 Inovação/Pesquisa e Desenvolvimento e a 2.11 Práticas Ambientais. Para exemplificar, exibe-se um trecho do Relato Integrado do ano de 2020 da companhia Vale S.A.:

Reparação integral de danos ambientais e sociais causados pelo rompimento da Barragem I, em Brumadinho: Em fevereiro de 2021, a Vale firmou o Acordo Global com o estado de Minas Gerais, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e os Ministérios Públicos Federal e do estado de Minas Gerais para reparação integral dos danos ambientais e sociais decorrentes do rompimento da Barragem B1, em Brumadinho (MG). As instituições que participaram da construção do Acordo Global asseguraram soluções céleres, justas e eficazes, em um processo conduzido com transparência, legitimidade e segurança jurídica. O Acordo Global tem o valor econômico de BRL 37,7 bilhões (USD 7,3 bilhões), contemplando

projetos de reparação socioeconômica e socioambiental. (VALE S.A., 2020, p. 19).

Além disso, foi possível perceber que, de todas as subcategorias que formam o conjunto capital estrutural, a 2.1 Qualidade em Tecnologia da Informação e a 2.5 Direitos Autorais não tiveram informações declaradas por nenhuma das empresas analisadas.

4.1.3 Capital de Clientes (Relacional)

Para Stewart (1998, p. 69), o capital de clientes é “o valor dos relacionamentos de uma empresa com as pessoas com as quais faz negócios”. Acrescentam Edvinsson e Malone (1998) nesta categoria que mensurar a solidez e a lealdade é algo complexo, visto que, para isso se faz necessário analisar a satisfação dos clientes, sua longevidade, a sensibilidade aos preços, incluindo também o bem-estar financeiro.

Com relação ao capital de clientes (relacional), na Tabela 3 mostra-se a frequência de citações por subcategoria e por tipo de *disclosure*:

Tabela 3 - Tipo de *Disclosure* por Categoria e Subcategorias de Capital de Clientes

Categoria/Tipo de <i>Disclosure</i>	2018						2019						2020					
	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Totais	%	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Totais	%	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Totais	%
3.1 Carteira de clientes	2	1	0	3	6	5,1	2	0	0	1	3	3,3	2	2	0	0	4	4,0
3.2 Lealdade / fidelidade dos clientes	3	0	0	0	3	2,5	3	0	0	0	3	3,3	6	0	0	0	6	6,1
3.3 Captação de clientes	0	0	0	0	0	0,0	0	0	0	0	0	0,0	0	0	0	0	0	0,0
3.4 Retenção de clientes	0	0	0	0	0	0,0	0	0	0	0	0	0,0	1	0	0	0	1	1,0
3.5 Satisfação do cliente	9	5	0	1	15	12,7	8	5	0	0	13	14,4	9	12	0	0	21	21,2
3.6 Investimentos em TI / Cliente	7	0	2	0	9	7,6	1	0	0	1	2	2,2	3	0	0	1	4	4,0
3.7 Suporte ao cliente	1	1	0	1	3	2,5	0	0	0	0	0	0,0	5	0	0	0	5	5,1
3.8 Parcerias clientes / fornecedores	10	3	0	2	15	12,7	4	1	0	3	8	8,9	2	0	0	1	3	3,0
3.9 Relacionamento com cliente fornecedor	16	3	1	1	21	17,8	18	6	0	4	28	31,1	10	10	1	4	25	25,3
3.10 Participação no mercado	1	0	0	0	1	0,8	1	1	0	0	2	2,2	0	3	0	0	3	3,0
3.11 Treinamento do cliente	1	0	0	0	1	0,8	0	0	0	0	0	0,0	0	1	0	0	1	1,0
3.12 Inovação focada no cliente	22	3	1	4	30	25,4	11	5	1	2	19	21,1	10	4	1	0	15	15,2
3.13 Empowerment do cliente	1	0	0	0	1	0,8	0	0	0	0	0	0,0	0	0	0	0	0	0,0
3.14 Customização	0	0	0	0	0	0,0	0	0	0	0	0	0,0	0	0	0	0	0	0,0
3.15 Contratos de franquias	0	0	0	0	0	0,0	0	0	0	0	0	0,0	1	0	0	0	1	1,0
3.16 Contratos de licenças	6	2	0	1	9	7,6	4	1	1	1	7	7,8	3	0	1	1	5	5,1
3.17 Repetitividade dos negócios	0	0	0	0	0	0,0	0	0	0	0	0	0,0	0	0	0	0	0	0,0
3.18 Imagem da empresa	4	0	0	0	4	3,4	5	0	0	0	5	5,6	4	1	0	0	5	5,1
Total Capital de Clientes	83	18	4	13	118	100	57	19	2	12	90	100	56	33	3	7	99	100
Total % Capital de Clientes	70,3	15,3	3,4	11,0	100		63,3	21,1	2,2	13,3	100		56,6	33,3	3,0	7,1	100	

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

As informações da pesquisa mostraram que, no ano de 2018, ocorreu a maior divulgação de sentenças relacionadas ao capital de clientes, totalizando em 118. Em 2019, o resultado foi de 90 sentenças, já, em 2020, 99 sentenças.

Sobre o total das sentenças nos três anos (307 sentenças), demonstrou-se que 196 (63,84%) foram do tipo de *disclosure* formado por informações declarativas, 70 (22,80%) por informações quantitativas não-monetárias, 9 (2,93%) por informações quantitativas monetárias e 32 (10,42%) por informações expressas em números de natureza financeira e não-financeira (monetária e não-monetária).

Quanto ao tipo de *disclosure*, assim como no presente trabalho, o estudo realizado por Reina et al. (2011), no qual foi analisada a evidenciação voluntária do Capital Intelectual em empresas listadas na BM&FBOVESPA, observou-se que a forma de evidenciação que prevaleceu foi a narrativa.

Dentre as subcategorias listadas, a 3.9 Relacionamento com cliente/fornecedor e a 3.12 Inovação focada no cliente apresentaram a maior quantidade de dados divulgados com relação ao capital de clientes, totalizando nos três anos estudados 74 e 64 sentenças, respectivamente. Como exemplo disso, exhibe-se a declaração da empresa JBS S.A., extraída de seu Relatório de Sustentabilidade do ano de 2020:

INOVAÇÃO: Por meio de investimentos contínuos em pesquisas e tecnologias de ponta, a cultura inovadora da Companhia está presente no desenvolvimento de novos produtos, no monitoramento de matérias-primas e nas operações fabris. [...] A Companhia ainda mantém o Centro Global de Inovação em Alimentos da JBS, uma parceria com a Universidade do Estado do Colorado (CSU, na sigla em inglês). O centro é uma unidade de ensino e pesquisa voltada para o aperfeiçoamento das práticas de segurança dos alimentos, ciências da carne, bem-estar animal, desenvolvimento de ações de educação e treinamento e testes de equipamentos. Ferramentas de gerenciamento também auxiliam na avaliação das megatendências mundiais em alimentação, como a redução de sódio e de gordura, a apresentação em porções menores e a oferta de cortes especiais, entre outras. A JBS criou ainda uma metodologia para acompanhar os processos regionais de inovação e possibilitar que os aprendizados adquiridos se tornem disponíveis globalmente, especialmente nas linhas de alimentos preparados e de criação de valor de marca. (JBS S.A., 2020, p. 29).

Da subcategoria 3.9 Relacionamento com o cliente/fornecedor, nos três anos pesquisados, as empresas Americanas S.A., Banco do Brasil S.A. e a SABESP totalizaram, cada uma, o mesmo número de sentenças (17). Sobre a subcategoria

3.12, destacou-se a quantidade evidenciada pelo Banco do Brasil S.A. que indicou 25 sentenças, nos três anos estudados.

Em se tratando do *disclosure* do tipo 4, que relaciona informações quantitativas monetárias e não-monetárias, a subcategoria que apontou o maior número de sentenças foi a 3.9 Relacionamento com cliente/fornecedor, correspondendo a 9 (2,93%) do total do grupo nos três anos, podendo ser ilustrado com o apresentado pela companhia SABESP no ano de 2019 em seu Relatório de Sustentabilidade:

Cadeia de suprimentos: Nossa gestão da cadeia de suprimentos vai além da aquisição de produtos, materiais e serviços. Acreditamos que nossos fornecedores são nossos parceiros, com papel essencial no desenvolvimento do negócio e, por isso, procuramos compartilhar nossos valores e princípios. Atualmente, existem 14.485 registros de empresas com vínculo aprovado ou credenciado para participarem nas licitações em todo o Estado de São Paulo. Em 2019, os valores contratados pela SABESP somaram R\$ 5,5 bilhões. As principais categorias de contratações, com maior percentual de gastos no ano são serviços técnicos de engenharia, energia elétrica, produtos químicos para tratamento de água e esgoto e serviços de informática/telefonia. (SABESP, 2019, p. 85).

Por fim, das subcategorias 3.3 Captação de clientes, 3.14 Customização e 3.17 Repetitividade de Negócios, não foram encontradas declarações nos relatórios das empresas.

4.1.4 O Capital Intelectual e o Desempenho das Companhias Estudadas

Com relação às companhias estudadas, na Tabela 4 apresenta-se o total das frequências por tipo de capital e de *disclosure*:

Tabela 4 - Frequência das categorias de capital intelectual nas companhias

Companhias	Capital Humano						Capital Estrutural						Capital de Clientes					
	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Total	%	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Total	%	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Total	%
Americanas S.A.	22	6	0	2	30	13,1	29	2	3	0	34	12,0	28	14	2	5	49	16,0
Banco do Brasil S.A.	33	21	8	0	62	27,1	70	15	2	4	91	32,2	76	23	2	7	108	35,2
JBS S.A.	38	11	1	4	54	23,6	53	5	5	3	66	23,3	32	10	0	9	51	16,6
SABESP	30	18	3	4	55	24,0	26	3	1	4	34	12,0	32	14	4	7	57	18,6
Vale S.A.	17	8	2	1	28	12,2	42	5	4	7	58	20,5	28	9	1	4	42	13,7
Total	140	64	14	11	229	100	220	30	15	18	283	100	196	70	9	32	307	100
Total %	61,1	27,9	6,1	4,8	100		77,7	10,6	5,3	6,4	100		63,8	22,8	2,9	10,4	100	

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

A pesquisa demonstrou que, dos três capitais estudados, o capital de clientes foi o que apresentou o maior número de sentenças, totalizando em 307 ou 37,49%. O capital estrutural relacionou 283 sentenças, o equivalente a 34,55% do total do grupo e, o capital humano, 229 sentenças ou 27,96%.

Referente ao total das sentenças (819), dos três capitais (humano, estrutural e de clientes), evidenciou-se que 556 (67,89%) foram do tipo de *disclosure* formado por informações declarativas, 164 (20,02%) por informações quantitativas não-monetárias, 38 (4,64%) por informações quantitativas monetárias e 61 (7,45%) por informações expressas em números de natureza financeira e não-financeira (monetária e não-monetária).

No trabalho realizado por Arruda (2009, p. 78), foi concluído que “as empresas não só têm evidenciado elementos do capital intelectual, como também estão se esforçando para ampliá-los de forma quantitativa – não financeira e financeira”. Ainda que no presente estudo se tenha sido visto que a maior parte das declarações foram declarativas, verificou-se também que as empresas buscaram realizar outros tipos de declarações, o que coincide com a constatação do autor.

Com relação à SABESP, na pesquisa feita por Reina, Ensslin e Borba (2009, p. 10), os pesquisadores identificaram que do grupo de 30 empresas estudadas, ela “[...] foi a empresa com maior número de elementos de CI divulgados (16). Quanto à forma de divulgação prevaleceu a forma narrativa”. Na presente pesquisa, embora a SABESP não seja a empresa que possua o maior número de itens divulgados sobre o capital intelectual, a mesma, nos três anos estudados, permaneceu evidenciando em maior quantidade o *disclosure* do tipo 1 (informações declarativas).

No trabalho desenvolvido por Manganeli, Tinoco e Ott (2016), que procurou examinar os dados evidenciados, de forma voluntária, relativos ao capital intelectual de companhias listadas na BM&FBOVESPA e de entidades do Mercado Tradicional, os autores perceberam que “as categorias que apresentaram maior frequência de sentenças divulgadas foram capital relacional do negócio e capital humano [...]” (MANGANELI; TINOCO; OTT, 2016, p. 53). Embora o capital humano tenha ficado em terceiro lugar, com relação à quantidade de itens divulgados no presente estudo, coincide o fato do capital relacional ou também conhecido por capital de clientes ter sido o mais evidenciado.

Finalmente, na Tabela 5 é realizada uma comparação entre lucros e prejuízos, dos exercícios encerrados em 2018, 2019 a 2020, com relação à

quantidade de dados divulgados do capital intelectual (capital humano, capital estrutural e capital de clientes):

Tabela 5 - Lucro/Prejuízo consolidado do período (Reais mil) X Evidenciação do capital intelectual

Companhias	2018 (Reais Mil)	2019 (Reais Mil)	2020 (Reais Mil)	Resultado Acumulado	Capital Humano	Capital Estrutural	Capital de Clientes	Total de Sentenças
Americanas S.A.	-R\$ 397.914	-R\$ 318.238	-R\$ 210.758	-R\$ 926.910	30	34	49	113
Banco do Brasil S.A.	R\$ 15.086.101	R\$ 18.888.318	R\$ 13.292.883	R\$ 47.267.302	62	91	108	261
JBS S.A.	R\$ 210.116	R\$ 6.464.854	R\$ 4.654.949	R\$ 11.329.919	54	66	51	171
SABESP	R\$ 2.835.068	R\$ 3.367.517	R\$ 973.318	R\$ 7.175.903	55	34	57	146
Vale S.A.	R\$ 25.773.768	-R\$ 8.696.040	R\$ 24.092.341	R\$ 41.170.069	28	58	42	128

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

A pesquisa revela que a empresa que realizou, nos três anos analisados, o maior número de divulgação de sentenças relativas ao capital intelectual possui o maior lucro acumulado de todas as companhias da amostra estudada. Isso pode ser visto na Tabela 5, na qual se demonstrou que o Banco do Brasil S.A. foi a empresa que evidenciou mais informações sobre o capital intelectual e finalizou com o maior resultado acumulado de todos os anos avaliados (R\$ 47.267.302.000,00).

Esse mesmo comportamento foi observado por Almeida e Jordão (2017), no qual os autores analisaram a influência do capital intelectual sobre a lucratividade de companhias brasileiras listadas na BM&FBovespa. Eles concluíram que o capital intelectual influenciou de forma positiva na lucratividade dessas entidades; as organizações que realizam um trabalho mais intenso em capital intelectual, apresentaram lucratividade superior às demais, sendo de maneira individual, global ou setorial; e que ele contribuiu para que a lucratividade corporativa crescesse com o passar do tempo.

Por fim, percebeu-se que a empresa Americanas S.A., que realizou a menor divulgação de informações referentes ao seu capital intelectual, foi a que obteve o menor resultado econômico dos três anos estudados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo que tratou da temática capital intelectual, entendido, de forma geral, como “[...] a soma do conhecimento de todos em uma empresa, o que lhe proporciona vantagem competitiva” (STEWART, 1998, p. XIII), permitiu observar sua relevância para as empresas. Essa notoriedade, na visão de Backes (2005, p. 162), “[...] é decorrente das mudanças no ambiente organizacional provocadas, principalmente, pela evolução tecnológica que acarretou maior evidência da contribuição do intelecto humano para a criação de valor organizacional”.

Assim sendo, esse trabalho teve como objetivo geral analisar as informações concernentes ao capital intelectual evidenciadas nos relatórios das cinco maiores companhias abertas brasileiras listadas na B3. Para alcançá-lo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: descrever as categorias e subcategorias de classificação do capital intelectual; comparar os dados divulgados referentes ao capital intelectual nos Relatórios; e relacionar a evidenciação do capital intelectual com o desempenho das companhias selecionadas.

Para o desenvolvimento desse estudo, levou-se em consideração a classificação de capital intelectual (humano, estrutural e de clientes/relacional) proposta por Edvinsson e Malone (1998); as subcategorias extraídas da pesquisa desenvolvida por Backes (2005) que serviram de ferramenta para a contabilização das sentenças e a definição dos tipos de *disclosure* estruturada por Nossa (2002).

A análise dos dados evidenciou o total de 819 sentenças de capital intelectual, para os três anos avaliados. A categoria que apresentou o maior número foi a capital de clientes/relacional, contabilizando 307 (37,49%), seguido do capital estrutural com 283 (34,55%) e, por último, o capital humano finalizando em 229 (27,96%).

Referente ao capital de clientes/relacional, constatou-se que 196 (63,84%) foram do tipo de *disclosure* formado por informações declarativas. Dentre as subcategorias listadas, a 3.9 Relacionamento com cliente/fornecedor e a 3.12 Inovação focada no cliente apresentaram a maior quantidade de dados divulgados, somando nos três anos estudados 74 e 64 sentenças, respectivamente. Uma das empresas que se destacou foi o Banco do Brasil S.A. que exibiu 25 sentenças, ao total dos três anos, na subcategoria 3.12 Inovação focada no cliente, demonstrando a sua dedicação em aperfeiçoar o atendimento do cliente.

A respeito da análise do capital estrutural, as subcategorias 2.11 Práticas Ambientais (58), 2.7 Inovação/Pesquisa e Desenvolvimento (48), 2.13 Governança Corporativa (47) e 2.12 Responsabilidade Social (43) foram as que apresentaram o maior número de sentenças. Além disso, as práticas ambientais foram as mais evidenciadas, depreendendo-se que as organizações estão interessadas em esclarecer à sociedade aspectos de sua atuação sobre o meio ambiente.

Já quanto ao capital humano, descobriu-se que ele foi o menos evidenciado pelas empresas. A subcategoria 1.4 Treinamento/Desenvolvimento/Capacitação apresentou o maior número de sentenças. Na sequência, destacaram-se as subcategorias 1.7 Qualificação profissional (nº de gerentes) (35 sentenças) e a 1.10 Benefícios (34 sentenças), nos três anos analisados. As empresas que mais evidenciaram dados foram a JBS S.A. (20) e a SABESP (17).

Aponta Backes (2005, p. 144) que a evidenciação de informações relativas ao desenvolvimento dos funcionários “[...] é um indicativo de que a companhia busca o aperfeiçoamento de sua força de trabalho para maximizar resultados e manter-se competitiva, mesmo que isso não esteja explícito em suas estratégias”.

A pesquisa revelou que o Banco do Brasil S.A. foi a empresa que expôs mais elementos sobre o capital intelectual e finalizou com o maior lucro acumulado de todas as companhias da amostra estudada (R\$ 47.267.302.000,00). Esse mesmo comportamento foi observado por Almeida e Jordão (2017), no qual os autores constataram que as empresas de capital aberto, listadas na BM&FBovespa, mais intensivas em capital intelectual, apresentaram rentabilidade superior às demais. Também foi possível observar que a empresa Americanas S.A., que realizou a menor divulgação de sentenças, foi a que obteve o menor resultado econômico dos três anos estudados.

Com relação às subcategorias a seguir, não foram localizadas declarações em nenhum dos relatórios estudados: 1.8 Nível de Escolaridade (capital humano); 2.1 Qualidade em Tecnologia da Informação e a 2.5 Direitos Autorais (capital estrutural); e 3.3 Captação de clientes, a 3.14 Customização e a 3.17 Repetitividade de Negócios (capital de clientes/relacional).

Por fim, uma análise geral dos dados revela que predominam informações do tipo declarativas (67,89%), seguida por informações quantitativas não-monetárias (20,02%), informações quantitativas monetárias (4,64%) e informações expressas em números de natureza financeira e não-financeira (7,45%). Essa dominância do

disclosure do tipo 1 está em linha com estudos feitos por Arruda (2009); Backes (2005); Reina, Ensslin e Borba (2009); e Reina et al. (2011).

Com base na análise realizada conclui-se que as empresas têm evidenciado mais informações do tipo declarativas referentes ao capital intelectual, enquanto que as quantitativas monetárias e expressas em números de natureza financeira e não-financeira são menos divulgadas. Quanto ao tipo de capital, o mais evidenciado foi o de clientes, a subcategoria com o maior número de elementos divulgados foi a 1.4 Treinamento/Desenvolvimento/Capacitação, pertencente ao capital humano, o *disclosure* mais utilizado foi o do tipo declarativo e a empresa Banco do Brasil S.A., de todas as companhias estudadas, foi a que exibiu a maior quantidade de declarações referentes ao capital intelectual.

Ainda que o processo de *disclosure* de elementos sobre o capital intelectual possa ser complexo, devido ao seu caráter subjetivo, observou-se também que o aprofundamento no tema pode ter relação com o desempenho das organizações, como pôde ser visto no comportamento dos resultados do Banco do Brasil S.A. e que foi observado por Almeida e Jordão (2017).

Como sugestões para estudos futuros recomenda-se que seja considerada uma amostra maior de número de empresas ou a realização de uma comparação entre companhias brasileiras e estrangeiras. Outra recomendação seria fazer uma pesquisa por setores, como por exemplo, empresas da área de tecnologia, financeiras, educação, entre outras. Além disso, sugere-se aprofundamento da investigação da relação entre desempenho econômico e informações relacionadas ao capital intelectual.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Vander R.; JORDÃO, Ricardo V. Dias. CAPITAL INTELECTUAL & RENTABILIDADE DAS EMPRESAS BRASILEIRAS. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 24, n.2, p. 3-22, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/51842>. Acesso em: 28 mai. 2022.
- AMERICANAS S.A. **Relatório anual**. 2018. 2019. 2020. Disponível em: <https://ri.americanas.com/informacoes-aos-investidores/central-de-resultados/>. Acesso em: 28 mai. 2022.
- ANPCont, **Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis**. 2021. Disponível em: <https://anpcont.org.br/periodicos-de-contabilidade/>. Acesso em: 28 mai. 2022.
- ANTUNES, Maria Thereza Pompa. O Capital Intelectual segundo o Entendimento de Gestores de Empresas Brasileiras. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, [S.l.], v. 7, n. 19, p. 9–20, set. 2005. Disponível em: <https://rbgn.fecap.br/RBGN/article/view/46/39>. Acesso em: 13 out. 2021.
- ANTUNES, Maria Thereza Pompa. A controladoria e o capital intelectual: um estudo empírico sobre sua gestão. **Revista contabilidade e finanças**, São Paulo, v.17, n.41, mai./aug. 2006. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772006000200003. Acesso em: 28 mai. 2022.
- ANTUNES, Maria Thereza Pompa. **Capital Intelectual**. São Paulo: Atlas, 2008.
- ANTUNES, Maria Thereza Pompa; LEITE, Rafael Soares. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE ATIVOS INTANGÍVEIS E SUA UTILIDADE PARA ANALISTAS DE INVESTIMENTOS. **Revista Universo Contábil**, [S.l.], v. 4, n. 4, p. 22-38, nov. 2008. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/1058>. Acesso em: 07 mar. 2022.
- ANTUNES, Maria Thereza Pompa; MARTINS, Eliseu. Capital intelectual: verdades e mitos. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 13, n. 29, p. 41-54, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/L3R3HW5KMLqggDkQNKSNg7x/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 mai. 2022.
- ANTUNES, Maria Thereza Pompa; MARTINS, Eliseu. Capital intelectual: seu entendimento e seus impactos no desempenho de grandes empresas brasileiras. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, São Leopoldo, v. 4, n. 1, p. 15-21, 2007. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001674869>. Acesso em: 28 mai. 2022.

ANTUNES, Maria Thereza Pompa; SILVA, Luciana Cavalcante Pires da; SAIKI, Tatiana Galo. Evidenciação dos Ativos Intangíveis (Capital Intelectual) por empresas brasileiras à luz da Lei 11.638/07. **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Custos**, Fortaleza, nov. 2009. Disponível em:

<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1033>. Acesso em: 28 maio. 2022.

ARRUDA, Bernardo B. de Holanda. Evidenciação de elementos do capital intelectual nos relatórios da administração de companhias brasileiras pertencentes ao nível 2 de governança corporativa. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Paraná, v. 28, n. 3, p. 69-80. set./dez. 2009; Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/9886>. Acesso em: 28 mai. 2022.

ASSUNÇÃO, Amanda Borges de Albuquerque et al. Ativo Intangível: Goodwill ou Capital Intelectual, In: Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 2., São Paulo, 2005. **Anais**, São Paulo, 2005.

BACKES, Rosemary Gelatti. **Evidenciação do Capital Intelectual: Análise de Conteúdo dos Relatórios de Administração de Companhias Abertas Brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

BANCO DO BRASIL S.A. **Relatório Anual**. 2018, 2019, 2020. Disponível em: <https://ri.bb.com.br/servicos-para-investidores/downloads/>. Acesso em: 28 mai. 2022.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

COLAUTO, R. D.; BEUREN, I. M. Avaliação do capital intelectual na perspectiva da tridimensionalidade da linguagem contábil. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS**, São Leopoldo, v. 2, n. 2, p. 85-101, 2005.

CRAWFORD, Richard. **Na Era do Capital Humano**: o talento, a inteligência e o conhecimento como forças econômicas, seu impacto nas empresas e nas decisões de investimento. São Paulo: Atlas, 1994.

CRUZ, Juliana Catarina Santos; ALVES, Maria Teresa Venâncio Dores. CAPITAL INTELECTUAL: PRÁTICAS DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO EM EMPRESAS PORTUGUESAS. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 9, n. 2, abr./jun. 2013, p. 174-194. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1170/117027921010.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2022.

EDVINSSON, Leif; MALONE, Michael S. **Capital Intelectual**: Descobrimo o valor real de sua empresa pela identificação de seus valores internos. São Paulo: Makron Books, 1998.

FERREIRA, L. M. Capital Intelectual: um estudo exploratório nas empresas de Construção Civil do Distrito Federal In: Congresso USP, São Paulo, 2004. Disponível

em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos42004/254.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2022.

GÓIS, Alan Diógenes; LUCA, Marcia Martins Mendes De; JUNIOR, José A. Alcantara Monte. FATORES DETERMINANTES DO *DISCLOSURE* DO CAPITAL HUMANO. **RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Joaçaba, v. 15, n. 1, p. 201–226, 2016. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/9550>. Acesso em: 29 mai. 2022.

GRACIOLI, Clarissa. **Impacto do capital intelectual na performance organizacional**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/4510/CLARISSA%20GRACIOLI.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2022.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JBS S.A. **Relatório Anual e de Sustentabilidade**. 2018. 2019. 2020. Disponível em: <https://ri.jbs.com.br/informacoes-financeiras/relatorios-anuais/>. Acesso em: 28 mai. 2022.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **A estratégia em ação: Balanced Scorecard**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

KAYO, Eduardo Kazuo. **A estrutura de capital e o risco das empresas tangível e intangível-intensivas: uma contribuição ao estudo da valoração de empresas**. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-05032003-194338/pt-br.php>. Acesso em: 28 mai. 2022.

KAYO, Eduardo Kazuo et al. Ativos intangíveis, ciclo de vida e criação de valor. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 10, n. 3, p. 73-90, jul./set. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/VswnqbdXT5VqgHjywdpfxNx/?lang=pt>. Acesso em: 28 mai. 2022.

KLEIN, David A. **A gestão estratégica do capital intelectual: recursos para a economia baseada em conhecimento**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.

LARA, Consuelo Rocha Dutra de. **Gestão do conhecimento: a importância de avaliar e identificar o capital intelectual nas organizações**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/80150>. Acesso em: 28 mai. 2022.

LEITE, Francisca S. F.; JUNIOR, Hugo S. de F.; CRISÓSTOMO, Vicente L. Aplicabilidade do retorno por empregado como indicador de desempenho das empresas. In: Congresso Brasileiro de Custos, 17., 2010, Belo Horizonte. **Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC**, Belo Horizonte,. 2010. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/760>. Acesso em: 29 maio. 2022.

LIMA, J.; ANTUNES, M. T. P. Fatores Relevantes para a Gestão do Capital Intelectual sob a ótica da Visão Baseada em Recursos (VBR): Um Estudo Baseado na Percepção dos Gestores da Sanofi Aventis Brasil. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 7, n.1, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/scg/article/view/13257>. Acesso em: 28 mai. 2022.

LIZOTE, Suzete A. et al. (2017). Capital humano e sua relação com o desempenho organizacional em empresas prestadoras de serviços contábeis. **Revista Catarinense Da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 16, n. 48, mai./ago. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v16n48.2373>. Acesso em: 28 mai. 2022.

MACEDO, Álvaro F. P. de; et al. Governança Corporativa e Evidenciação de Capital Intelectual em Empresas Brasileiras. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 18–33, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/recfin/article/view/20678>. Acesso em: 29 mai. 2022.

MANGANELI, Marineiva T. de M.; TINOCO, João Eduardo P.; OTT, Enani. EVIDENCIAÇÃO DE CAPITAL INTELECTUAL DE COMPANHIAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 16, n. 34, set./dez. 2016 Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/59174>. Acesso em: 28 mai. 2022.

MEDRADO, et al. Relação entre o nível de intangibilidade dos ativos e o valor de mercado das empresas. **Revista de Contabilidade e Organizações**, [S. l.], v. 10, n. 28, p. 32-44, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/119480>. Acesso em: 28 mai. 2022.

MOURA, Geovanne Dias de; FANK, Odir Luiz Fank; RAUSCH, Rita Buzzi. Evidenciação do Capital Intelectual pelas Empresas do Setor de Telefonia Fixa Listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA. **Revista de Administração da UNIMEP**, [S.l.], v.12, n.2, mai./Ago. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/287862540_Evidenciacao_do_Capital_Intelectual_pelas_Empresas_do_Setor_de_Telefonia_Fixa_Listadas_na_Bolsa_de_Valores_Mercadorias_e_Futuros_-_BMFBOVESPA. Acesso em: 28 mai. 2022.

NEVES, Fabrício Ramos. et al. INTANGIBILIDADE DO CAPITAL INTELECTUAL NA PRÁTICA DOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE. **REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL**, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 248-265, jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/12923>. Acesso em: 28 mai. 2022.

OLIVEIRA, J. M. de; BEUREN, I. M. O tratamento contábil do capital intelectual em empresas com valor de mercado superior ao valor contábil. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 14, n. 32, p. 81-98, mai./ago. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/BdRDVHFPnNHQTS9whrQfW9K/?lang=pt>. Acesso em: 28 mai. 2022.

OTT, Ernani. **Técnicas de pesquisa em Contabilidade**. São Leopoldo: UNISINOS, 2012.

PIACENTINI, Neusa. **Evidenciação contábil voluntária**: uma análise da prática adotada por companhias abertas brasileiras. 2004. 132 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2004. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2784>. Acesso em: 28 mai. 2022.

PONTE, Vera Maria R.; OLIVEIRA, Marcelle C. A prática da evidenciação de informações avançadas e não obrigatórias nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 15, n. 36, p. 7-20, set./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/smdCSmMWRNphBmZkvbzwZmc/>. Acesso em: 28 mai. 2022.

RÊGO, Thaiseany de Freitas. et al. CAPITAL INTELECTUAL E RENTABILIDADE DAS “MELHORES EMPRESAS PARA TRABALHAR”. **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 1-18, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/448>. Acesso em: 28 mai. 2022.

REINA, Donizete et al. Evidenciação do capital intelectual em empresas do setor de tecnologia da informação e do setor de telecomunicações listadas na BM&FBovespa nos anos de 2007 a 2009. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Paraná, v. 30, n. 1, p. 63-82, ago. 2011. Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/12124>. Acesso em: 28 mai. 2022.

REINA, Donizete; ENSSLIN, Sandra Rolim; BORBA, José Alonso. Evidenciação voluntária do capital intelectual nos relatórios da administração em empresas do novo mercado no ano de 2006. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 9, n. 15, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/11328>. Acesso em? 28 mai. 2022

RITTA, C. D. O.; ENSSLIN, S. R. Investigação sobre a relação entre ativos intangíveis e variáveis financeiras: um estudo nas empresas brasileiras pertencentes ao Índice Ibovespa nos anos de 2007 e 2008. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 10., São Paulo, 2010. **Anais**. São Paulo: USP, p. 1-16, 2010. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos102010/231.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2022.

RODRIGUES, Carla Nunes; SANTOS, Fernando Almeida. Capital intelectual: Os principais métodos para mensuração e a sua aplicabilidade. **Revista Eniac Pesquisa**, Guarulhos, v. 1, n. 2, p. 144-164, 2012. Disponível em: <https://ojs.eniac.com.br/index.php/EniacPesquisa/article/view/75>. Acesso em: 28 mai. 2022.

ROVER, Suliani; REINA, Donizete; ENSSLIN Sandra Rolim. CAPITAL INTELECTUAL: UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA CONTÁBIL FINANCEIRA NO CONTEXTO BRASILEIRO ENTRE OS ANOS 1994 E 2007. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 8, n. 13, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/11103>. Acesso em: 28 mai. 2022.

SABESP. **Relatório de Sustentabilidade**. 2018. 2019. 2020. Disponível em: <https://site.sabesp.com.br/site/interna/Default.aspx?secaold=93>. Acesso em: 28 mai. 2022.

SANTOS, José L. dos. et al. Capital Intelectual: Estudo Comparativo dos Principais Modelos de Mensuração no Contexto Internacional. In: Congresso Brasileiro de Custos. 10. Guarapari, out. 2003. **Anais CBC**. Espírito Santo, 2003. Disponível em <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/viewFile/2529/2529>. Acesso em: 28 mai. 2022.

SANTOS, Rayane Farias dos. et al. Fatores Determinantes no *Disclosure* do Capital Intelectual das Empresas Brasileiras **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, set/dez, 2021 Disponível em: https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v0i0.41591. Acesso em: 28 mai. 2022.

SCHUH, Clari. **Evidenciação de capital intelectual nas páginas web de prefeituras do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Ciência Contábeis) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2854?show=full>. Acesso em: 28 mai. 2022.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Lurdes; RODRIGUES, Ana Maria; MUÑOZ, María del Pilar. Os determinantes da divulgação de informação sobre o capital intelectual: estudo da banca em Portugal. **Revista de Contabilidade e Organizações**, [S. l.], v. 8, n. 20, p. 32-49, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/55444>. Acesso em: 29 maio. 2022.

STEWART, Thomas A. **Capital intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SVEIBY, Karl E. **A Nova Riqueza das Organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

VALE S.A. **Relatório de Sustentabilidade**. 2018. 2019. 2020. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/investors/information-market/annual-reports/sustainability-reports/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 28 mai. 2022.

VAZ, Caroline Rodrigues et al. (Org.) **Capital intelectual**: reflexão da teoria e prática. Florianópolis: ECG/UFSC, 2014.

VAZ, Caroline R.; VIEGAS, Claudia V.; MALDONADO, Mauricio U. Capital intelectual: Como ser valorizado dentro das organizações? **Revista Espacios**, [S.l.], v. 38, n. 21, p.4-15, 2017. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n21/a17v38n21p04.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2022.